

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agrobioenergia
Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Ambiente Estratégico Empresarial

Biodiesel

Fibria entra em biocombustíveis. Stella Fontes – Valor Econômico. 03/10/2012.....	4
Agropalma vai investir pesado para expandir suas operações. Bettina Barros – Valor Econômico. 26/10/2012	5
Vale, Petrobras e ADM fortalecem aportes no setor – Valor Econômico. 26/10/2012.....	7

Etanol

Negociações entre ETH e Renuka avançam. Fabiana Batista – Valor Econômico. 01/10/2012.....	9
Entressafra robusta pressiona etanol – Valor Econômico. 01/10/2012.....	10
AGN, liderada por Roger Agnelli, estuda oportunidades no campo. Carine Ferreira – Valor Econômico. 02/10/2012	11
Usinas de SP podem perder selo trabalhista. Lino Rodrigues – O Globo. 03/10/2012	13
Venda externa de etanol é de US\$ 1,3 bilhão no ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 03/10/2012	13
Cana vai além do etanol e do açúcar – O Estado de São Paulo. 10/10/2012	14
Etanol e carro flex: uma inovação que define. José Roberto Mendonça de Barros – O Estado de São Paulo. 14/10/2012	16
Nova previsão de aumento da oferta de cana no ciclo 2013/14. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 16/10/2012	18
Produtores de cana e etanol tiveram prejuízo na safra 2011/2012 – Site da CNA. 22/10/2012.....	19
Produtores ameaçados – O Estado de São Paulo. 25/10/2012	20

POLÍTICA NACIONAL

Biodiesel

Usinas defendem mistura de biodiesel a 20%. Eduardo Magossi – O Estado de São Paulo. 02/10/2012	21
Delegados do MDA participam de videoconferência sobre chamadas de Ater – Site do MDA. 04/10/2012.....	22
Petrobrás pode cancelar refinarias no Nordeste. Sabrina Valle – O Estado de São Paulo. 12/10/2012.....	23
Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel se reúne na próxima quarta-feira – Site do MAPA. 16/10/2012	24
Novo presidente da Embrapa quer o foco em energia limpa – Valor Econômico. 16/10/2012.....	24
Câmara setorial de oleaginosas e biodiesel revisa agenda estratégica – Site do MAPA. 17/10/2012.....	25

Sinal verde para planta de biodiesel da Bunge. Mônica Izaguirre – Valor Econômico. 18/10/2012.....	26
Pepe Vargas fala sobre políticas para agricultura familiar, jovens do campo e agroenergia – Site do MDA. 23/10/2012	26
Mapa participa de discussão sobre Energias Renováveis em Caxias do Sul – Site do MAPA. 24/10/2012	27
Juventude rural e bioenergia são temas de palestras de ministro Pepe no Sul – Site do MDA. 25/10/2012.....	28
Representantes do segmento da Palma de Óleo discutem Regularização Fundiária – Site do MAPA. 26/10/2012	29
<u>Etanol</u>	
Subvenção para a cana-de-açúcar - Site da CNA. 02/10/2012.....	29
Governo descarta desoneração do etanol. Fabiana Batista – Valor Econômico. 03/10/2012.....	30
Governo estuda aumentar percentual de álcool na gasolina em junho de 2013. Rodrigo Polito – Valor Econômico. 11/10/2012	32
Justiça antecipa fim de queima da cana em SP – O Estado de São Paulo. 21/10/2012	33
"Mato Grosso do Sul tem competência sucroenergética", diz governador – Site da CNA. 23/10/2012.....	35
Mato Grosso do Sul aposta na demanda mundial de cana-de-açúcar para crescer – Site da CNA. 23/10/2012	36
Experiência demonstra que cana tem maior rentabilidade que pecuária em Mato Grosso do Sul – Site da CNA. 25/10/2012	37
Pesquisador fala sobre expansão do setor sucroenergético em MS – Site do MAPA. 29/10/2012.....	38
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
<u>Biodiesel</u>	
Cresce oferta de biocombustíveis no Reino Unido. Louise Lucas e Chris Tighe – Valor Econômico, Financial Times. 04/10/2012.....	39
Produtor europeu não aceita mudança em biocombustível. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 12/10/2012	41
<u>Etanol</u>	
Consumo de etanol supera oferta nos EUA. Mauro Zafalon- Folha de São Paulo. 27/10/2012.....	41

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL

Biodiesel

Fibria entra em biocombustíveis. Stella Fontes – Valor Econômico. 03/10/2012

Marcelo Castelli, presidente: investimento está em linha com "bioestratégia"

Maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, a Fibria acaba de entrar no negócio de combustíveis líquidos renováveis. Com investimento inicial de US\$ 20 milhões, a brasileira comprou participação de cerca de 6% no capital da americana Ensyn Corporation, que produz óleo combustível de matriz renovável, e acertou a constituição de uma joint venture que, no futuro, poderá ter uma unidade produtiva de combustíveis líquidos e químicos a partir de biomassa no Brasil.

A aliança estratégica prevê também a opção de, mais adiante, a Fibria elevar sua participação na Ensyn a aproximadamente 9%, mediante aporte adicional de US\$ 10 milhões. A primeira etapa da aliança, por sua vez, deve ser sacramentada até o fim do mês. "Estudamos as diferentes rotas para obtenção de biocombustíveis e mapeamos mais de 17 tecnologias", diz o presidente da Fibria, Marcelo Castelli. "Definimos qual seria a mais aderente ao negócio da companhia e escolhemos a Ensyn."

Dona da tecnologia, já comercial, Rapid Thermal Processing (RTP), a empresa americana produz um combustível líquido renovável que substitui o petróleo em diferentes usos (na geração de energia e calor, por exemplo) e pode ser co-processado em refinarias. Esse combustível e outros produtos químicos são obtidos a partir da conversão de madeira e biomassa, produtos abundantes em indústrias de base florestal, como a de celulose e papel.

Criada há três anos com ativos da Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Aracruz, a Fibria consolidou-se nesse período como maior empresa de florestas plantadas do mundo e definiu o que chama de "bioestratégia", alinhada à tendência global da indústria de buscar outros negócios atrelados à floresta. No Hemisfério Norte, há diversos projetos operacionais, baseados em diferentes tecnologias. No Brasil, a Suzano Papel e Celulose, por exemplo, constituiu a Suzano Energia Renovável, que produzirá "pellets" de madeira para geração de energia termelétrica.

A aproximação entre Fibria e Ensyn, que tem duas fábricas nos Estados Unidos e prevê, em seu plano de expansão, o estabelecimento de mais de 30 unidades em território americano e no Canadá, ganhou corpo no ano passado. Após uma "due diligence" na empresa, em 2011, a brasileira decidiu entrar no negócio de combustíveis renováveis. "Sem a constituição da joint venture, não teríamos um acordo em bases exclusivas no país, nem acesso à tecnologia", diz Castelli. "Daí a realização do aporte."

O investimento de US\$ 20 milhões, provenientes do caixa da Fibria, garante à brasileira direitos similares aos dos demais acionistas majoritários - entre os quais Credit Suisse, Impax Asset Management e CTTV Investments, divisão da Chevron USA -, um assento no conselho da Ensyn e participação nas decisões relativas ao plano de crescimento da empresa. Não há prazo para elevar a participação a 9%, mas a operação deve ocorrer

antes da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) planejada pela empresa americana.

Já o plano de negócios da joint venture, automaticamente constituída e incorporada em Delaware, será desenvolvido nos próximos anos, segundo Castelli. O objetivo é produzir óleo combustível renovável no Brasil, ampliando a base produtiva da Ensyn, que chegou à Malásia por meio de uma aliança estratégica com a Felda Palm Industries, principal produtora de óleo de palma do país do Sudeste Asiático e também acionista. Embora não exista prazo, a expectativa é a de que entre dois e cinco anos o projeto esteja operacional.

De acordo com o presidente da Fibria, a escolha da Ensyn reflete a aposta em uma tecnologia que se apresenta economicamente viável e independente de subsídios. "Essa é mais uma das ações da Fibria para complementar o negócio de celulose e seguimos estudando outras alternativas", diz Castelli.

Agropalma vai investir pesado para expandir suas operações. Bettina Barros – Valor Econômico. 26/10/2012

Plantio de palma no Pará: investimento da Agropalma consolida expansão da cultura, mas o Brasil deverá continuar a importar o óleo para atender sua demanda

Cravada na Amazônia, a Agropalma, maior produtora de óleo de palma do país, planeja investir R\$ 300 milhões para construir sua sexta usina de extração no Pará e erguer uma nova fábrica de beneficiamento do produto - a segunda da empresa e a primeira no Sudeste, na tentativa de facilitar a logística de distribuição tendo em vista seus maiores clientes.

O aporte consolida a expansão do cultivo de palma no Norte do país, num movimento que já atraiu "forasteiros" como Vale, Petrobras e a americana Archer Daniels Midland (ADM) e que promete ser uma alternativa econômica sustentável para a região. Até 2015, essas quatro empresas elevarão para 137 mil hectares o plantio de palma em áreas hoje degradadas da floresta.

Segundo Marcello Brito, diretor comercial da Agropalma, a intenção é alavancar a capacidade de produção para atender à demanda nacional e internacional. Desde 2005, a palma ultrapassou a soja como o óleo vegetal mais comercializado no mundo. Utilizado sobretudo em alimentos e cosméticos e com forte tradição na Ásia, o óleo de palma (conhecido como dendê no Brasil) foi responsável por quase 30% de todos os óleos vegetais comercializados no ano passado. Na última década, ganhou um impulso extra à medida que a produção de biocombustível tirou mais soja do mercado global.

Da palma é extraído o óleo vegetal mais comercializado do mundo atualmente

Com o investimento, que contará com um aporte de R\$ 38 milhões do BNDES para financiamento de equipamentos para a usina, a Agropalma deverá elevar sua produção das atuais 200 toneladas de cachos processados por hora para 260 toneladas por hora. Desse volume sairão cerca de 165 mil toneladas de óleo de palma - obtido através do esmagamento da polpa, da cor alaranjada característica do dendê. E outras 16 mil

toneladas do chamado óleo de palmiste, resultado do esmagamento do caroço branco da palma, muito consumido na indústria de cosméticos. Metade de tudo será vendido no país; a outra seguirá para o exterior, como manda a lei de mercado do melhor pagador.

"Temos certificações ambientais, sociais e orgânicas valorizadas por clientes europeus", afirma Brito. Cada tonelada certificada recebe um prêmio médio sobre o preço de US\$ 15 por tonelada para o óleo de palma e de US\$ 45 por tonelada para o óleo de palmiste.

O aumento na produção da empresa, no entanto, é uma gota no oceano se confrontado com as necessidades do país. Mundialmente, a conta entre o que se produz e se consome chega próximo a zero - praticamente não sobram estoques das 52 milhões de toneladas de óleo de palma colocadas no mercado anualmente. O Brasil é um deficitário histórico. Importa metade do que necessita para o consumo interno, e nem o aumento de área plantada nos próximos anos deverá alterar essa balança ou transformar o país em um "player" de fato.

E os números mostram essa discrepância: 230 mil toneladas de óleo foram produzidas em 2011 por 14 empresas nacionais (a Agropalma é responsável pela maior fatia), ante 25,6 milhões de toneladas da Indonésia e 18,9 milhões de toneladas da Malásia.

"Somos vistos como a última fronteira para a palma devido às leis trabalhistas e ambientais, consideradas duras pelos investidores externos. Os investimentos estão indo todos para a África", diz Brito, referindo-se ao processo de consolidação em curso no setor. "Especialmente Libéria, Gana e Gabão".

Mas o que está em debate não é a liderança de mercado, algo que nem o governo paraense aparenta ter pretensões de alcançar. É justamente a forma como a monocultura da palma deve crescer no país, sendo o epicentro da sua produção na Amazônia. "As melhores condições climáticas para a palma estão a 10 graus acima e abaixo da linha do Equador. Isso quer dizer em toda a faixa de floresta tropical do planeta: Malásia, Indonésia, bacia do Congo e, aqui, o Pará. Além disso, o Pará também tem a maior área desmatada disponível para dar escala ao plantio", explica Valmir Ortega, diretor-sênior de política da Conservação Internacional.

O avanço da palma no mundo

Números socioeconômicos do setor

■ Produção de óleo de palma - Em mil toneladas *



Os desafios, como tudo na Amazônia, são enormes. As empresas que já estão na região e as que chegam agora relatam a dificuldade em encontrar terras com titularidade. A ADM teve de atrasar a construção de sua primeira usina de palma no mundo porque demorou a encontrar áreas legais para o plantio no Pará. "Não adiantava a usina estar pronta e não ter palma para processar", diz Diego Di Martino, gerente de

desenvolvimento de projetos da ADM no Brasil. Outro problema é a falta de mão de obra. "O setor precisará, do tamanho que é hoje, de cerca de 9.250 trabalhadores diretos nos próximos dois anos, o que envolverá um fluxo de aproximadamente 37 mil pessoas", calcula Brito.

Casos em que agricultores familiares parceiros dessas companhias contratam outros agricultores para substituí-los também preocupam. "Eles passam a ganhar mais e param de trabalhar. Chamam qualquer um para trabalhar por eles, sem os mesmos cuidados trabalhistas que podem responsabilizar a empresa", diz Brito.

Há outras questões em aberto, acrescenta Maurício Voivodic, da certificadora Imaflora. Um exemplo: o que é uma floresta secundária? O que caracteriza "limpeza" e "desmatamento"? Questões que assolaram a madeira e a pecuária continuam a pairar sobre a palma.

Mas, ao contrário de culturas passadas, que derrubaram a floresta diante dos olhos da lei, a palma é tida como mais amigável ao ambiente. Sua produtividade é superior a da soja - para cada hectare plantado, a soja rende 1,8 mil litros de óleo para 6 mil de palma. A rentabilidade tampouco é desprezível: cerca de R\$ 3 mil por tonelada.

"A palma é uma oportunidade em conciliar o econômico, com o social e ambiental", diz Beto Veríssimo, do Imazon, um instituto de pesquisa de Belém que é referência na área ambiental. O governo, que tem interesse em ver o segmento expandir, vai na mesma linha. "O dendê ainda não está na agenda do TAC [Termo de Ajustamento de Conduta]. É um momento de a gente aplicar as vacinas necessárias para não ter de dar o antibiótico depois", diz Justiniano de Queiroz Neto, secretário extraordinário do Programa de Municípios Verdes do Pará. Para ambientalistas, a questão é manter os plantios restritos apenas às áreas degradadas.

Esses fatos, diz Brito, só reforçam a importância da certificação. "É o diferencial para o mercado".

Com faturamento de R\$ 686,7 milhões em 2011 e "sem dívidas" no caixa, a empresa criada nos anos 80 por Aloysio Faria, ex-dono do banco Real, é a única no país com 100% de sua produção certificada pelos padrões da Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável (RSPO, na sigla em inglês). "Temos 40 mil hectares plantados e 67 mil hectares de florestas intactas. Se quisermos expandir a produção, teremos de comprar novas áreas degradadas, porque nessas florestas não mexemos", diz Brito.

A jornalista viajou a convite da empresa

Vale, Petrobras e ADM fortalecem aportes no setor – Valor Econômico. 26/10/2012

Líder no mercado de óleo de palma no Brasil, a Agropalma ganhou vizinhos ilustres no Pará. Vale, Petrobras e a americana ADM entraram nesse mercado, ainda que com objetivos diferentes.

Concorrente mesmo é só a ADM, que também destinará a colheita em seus 12 mil hectares plantados no Estado para a produção de óleos para alimentação e para a

indústria de cosméticos. Petrobras e Vale pretendem fazer biocombustível a partir do óleo da palma.

Com as primeiras colheitas previstas para 2015 nos municípios de Irituia, São Domingos do Capim, Mãe do Rio e São Miguel do Guamá, a ADM tem hoje o potencial de esmagamento de 60 toneladas de cachos por hora. Até 2021, quando as árvores plantadas agora estiverem maduras e no ápice da produtividade, a produção de óleo deverá alcançar a marca de 60 mil toneladas de óleo bruto por ano.

De acordo com o gerente de desenvolvimento de projetos da ADM no Brasil, Diego Di Martino, a demanda forte pela matéria-prima e as áreas abertas no Pará, além da atuação da empresa na área de biodiesel, animaram o grupo a diversificar o portfólio no país. "Estamos descobrindo não só a palma, mas o Pará. Estamos tateando", disse o executivo ao ser questionado sobre possíveis planos de expansão. "Estamos indo com calma".

O mesmo não pode ser dito do projeto da Vale na região. "É parte do nosso programa de esverdear a matriz energética da empresa", disse ao **Valor** Márcio Maia, diretor de operações de Bioenergia da Vale. "A palma deverá substituir 3% dos dois bilhões de litros por ano de diesel que consumimos hoje, entre logística e equipamentos de minas. Estamos fazendo um 'hedge' de suprimento e de custos". O projeto da Vale prevê a produção de biodiesel B20 (20% de óleo de palma) para atender a suas operações no Brasil a partir de 2015.

A estreia da companhia no segmento foi possível com a aquisição de 70% da Biopalma, do grupo MSP. Nos planos da empresa estão investimentos de US\$ 500 milhões para a construção de duas usinas de extração no município de Moju. A primeira planta, com capacidade de processamento de 120 toneladas de cachos por ano, deverá entrar em operação no segundo semestre de 2015. A segunda, para 2018, acrescentará 450 mil toneladas de cachos por ano à produção da Biopalma, no que será o maior complexo de palma do mundo.

"O escoamento será feito via o rio Tocantins por barcaças até Marabá, onde queremos criar um centro de distribuição", disse Maia.

De acordo com o executivo, 50 mil hectares já foram plantados com a palmácea. Até o ano que vem, diz o executivo, serão 80 mil, além de uma área de 58 mil hectares de cobertura florestal nativa e a geração de cinco mil empregos diretos no Pará.

A Petrobras Biocombustível também implementa uma usina de biodiesel no Pará. O empreendimento, definido no Plano de Negócios e Gestão 2012-2016, terá capacidade de produzir 230 milhões de litros de biodiesel por ano, para atender à região Norte do país. Vale e Petrobras também assinaram, em abril deste ano, um protocolo de intenções que trata de projetos conjuntos em andamento na área de biodiesel, além de logística. O protocolo tem como objetivo estudar a viabilidade técnico-econômica dos projetos de interesse comum entre as duas empresas.

Etanol

Negociações entre ETH e Renuka avançam. Fabiana Batista – Valor Econômico. 01/10/2012

A indiana Shree Renuka Sugars e a ETH Bioenergia, braço sucroalcooleiro do grupo Odebrecht, saíram da fase de conversações e avançaram para uma "due diligence" (auditoria) com objetivo de estabelecer as condições de uma possível fusão de ativos. As empresas, no entanto, não assinaram acordo de exclusividade. Segundo apurou o **Valor**, a Renuka ainda conversa com investidores financeiros da Ásia a entrada de um parceiro estratégico.

Procuradas, Renuka e ETH Bioenergia não comentaram. Apesar da diligence já estar ocorrendo, internamente, executivos dos dois lados reconhecem que se trata de um grande desafio encontrar uma forma de unir as empresas. "Faz senso econômico para ambas, mas é uma grande questão encontrar uma forma de as companhias trabalharem juntas", disse uma fonte que participa das negociações.

Como a due diligence ainda está em curso, os detalhes de como ficaria a composição acionária dessa nova empresa ainda não começaram a ser discutidos. No entanto, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, o presidente da Shree Renuka Sugars, Narendra Murkumbi, trabalha com a perspectiva de receber, além de uma fatia da empresa resultante da fusão, recursos financeiros com a integralização dos ativos da Renuka do Brasil. A empresa possui duas usinas em São Paulo, com capacidade total para moer 10,5 milhões de toneladas de cana e produzir até 295 MW (Megawatt) de energia. A expectativa do mercado é que a moagem da companhia em São Paulo se aproxime de 10 milhões de toneladas nesta temporada 2012/13.

Já a ETH Bioenergia tem nove usinas no Centro-Sul que, nesta temporada, devem processar juntas 20 milhões de toneladas de cana e produzir 1.297 Gigawatts/hora (Gwh). Se confirmado, o volume de cana será 53% maior do que as 13 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processadas em 2011/12.

Também no ciclo passado, encerrado em 31 de março, a ETH Bioenergia teve prejuízo líquido de R\$ 793,05 milhões, 133% acima do resultado líquido também negativo de R\$ 338,91 milhões da temporada anterior. No período, a receita líquida da companhia cresceu 64,96%, para R\$ 1,45 bilhão, impulsionada pelo aumento da produção.

No entanto, enquanto a Renuka do Brasil tem uma dívida próxima de R\$ 1,3 bilhão, a ETH devia, ao fim de março de 2012, R\$ 8,09 bilhões, sendo R\$ 1,67 bilhão no curto prazo (vencimento em até 12 meses) e R\$ 6,42 bilhões de longo prazo (vencimento até 2028).

A subsidiária de São Paulo da Shree Renuka Sugars nasceu da compra da participação majoritária (atualmente em 59,4%) da Equipav Açúcar e Alcool, que vinha de um elevado endividamento. Além de ter absorvido a dívida da empresa, a indiana enfrentou sucessivas quebras de safra devido a problemas climáticos. No ciclo 2011/12, encerrado em março, a moagem das duas usinas paulistas somaram 8,3 milhões de toneladas de cana, queda de 20% em relação ao apurado no ciclo anterior.

A companhia indiana, com capital aberto na bolsa de Mumbai e faturamento global de US\$ 1,2 bilhão no ano fiscal encerrado em 31 de março deste ano, já investiu R\$ 1,05

bilhão nas unidades brasileiras, dos quais R\$ 820 milhões em São Paulo e o restante nas duas usinas do Paraná, compradas também em 2009 da Vale do Ivaí.

Entressafra robusta pressiona etanol – Valor Econômico. 01/10/2012

Os contratos futuros de etanol hidratado na BM&F Bovespa com vencimento em janeiro acumularam queda de 3,7% em setembro, apesar da entressafra de cana-de-açúcar à vista. Na sexta-feira, fecharam com novo recuo, de 0,25%, cotados a R\$ 1.166 por m³. De acordo com o especialista da consultoria FG Agro, Thiago Campaz, o movimento se deve à percepção de que haverá uma grande oferta de etanol até abril de 2013. "Exportações acima de 2,5 bilhões de litros ou aumento do consumo interno poderiam mudar o cenário", afirma Campaz.

De acordo com números da FG Agro, em 31 de março do ano que vem o Centro-Sul terá em estoques 1,3 bilhão de litros de etanol. Em abril, primeiro mês da nova safra, a produção pode atingir 2 bilhões de litros e o consumo, 1,7 bilhão, resultando em um estoque de 1,6 bilhão de litros do biocombustível em 30 de abril. "Isso significa carregar estoques para o próximo ciclo. Por isso, os preços devem recuar para reajustar essa oferta", completa Luiz Gustavo Torrano Corrêa, também da FG Agro.



A estimativa da consultoria, com sede em Ribeirão Preto (SP), está em linha com o projetado pela SCA Trading, uma das maiores comercializadoras de etanol do país. A empresa estima que, em 1º de abril do ano que vem, o Centro-Sul terá em estoques 600 milhões de litros de álcool anidro e 1 bilhão de litros de hidratado. Se em abril as usinas moerem um volume de cana dentro da média histórica para o mês - 30 milhões de toneladas - e 60% disso for direcionado para a fabricação de etanol, a produção mensal do biocombustível pode atingir entre 1,3 bilhão e 1,4 bilhão de litros, praticamente o consumo total do mês, segundo a trading.

Assim, o mercado ficaria bem ofertado até o fim de maio ou início de junho, quando se espera a volta da mistura de 25% de anidro na gasolina, ante os 20% atuais. A medida representaria uma demanda adicional de 2 bilhões de litros de anidro. Além disso, para 2013, a expectativa é de um mercado externo mais positivo, uma vez que o mandato americano para o etanol avançado, categoria na qual somente o etanol de cana do Brasil se enquadra, deve saltar de 1,9 bilhão para 6,6 bilhões de litros.

A queda dos preços do etanol para janeiro também é reflexo da maior oferta do produto, tanto por parte de usinas que precisam se capitalizar, quanto pelos grupos financeiramente sadios que precisam liberar espaço nos tanques.

AGN, liderada por Roger Agnelli, estuda oportunidades no campo. Carine Ferreira – Valor Econômico. 02/10/2012

Spina, sócio da AGN: a busca de investimentos somente deverá ganhar corpo quando os projetos estiverem mais bem delineados, da mesma forma que as participações em empresas exigirão muita análise

Criada há quase um ano para investir sobretudo nas áreas de mineração, logística e bioenergia, a holding AGN Agroindustrial Projetos e Participações já deu mostras desde o início efetivo das operações, no primeiro semestre, de que o agronegócio será um dos mais importantes alicerces para a expansão de seus negócios nos próximos anos. E não apenas por causa da bioenergia, que terá a "cana energética" como carro-chefe. Em mineração, dois dos três primeiros aportes do grupo foram em empresas de fertilizantes, enquanto em logística boa parte das apostas está no campo, tanto no escoamento das safras quanto na importação de insumos agrícolas.

Encabeçada por Roger Agnelli, ex-presidente da Vale, a AGN teve seus primeiros passos concretos acompanhados com particular interesse pelo ramo de adubos, dada a histórica dependência do Brasil de produtos importados e o fato de a Fosfertil, maior fabricante de matérias-primas para esse mercado do país, ter tido seu controle adquirido pela Vale durante a gestão do executivo e ter sido a base para a formação da Vale Fertilizantes. O segmento não é a prioridade mas está no radar da B&A, o braço de mineração da holding AGN que tem por objetivo buscar participações em empresas que ainda estejam estruturando projetos e que também prospecta oportunidades nas áreas de ferro, cobre, titânio e terras-raras.

"Não vamos sair comprando. Será preciso ter muito cuidado, ter uma análise de retorno. Se aparecer uma oportunidade interessante, vamos entrar", diz Fabio Eduardo Spina, que integra o conselho da B&A e é diretor da AGN. Também egresso da Vale, Spina informa que a companhia "sonda" de 20 a 30 projetos em todas as suas áreas de atuação no Brasil, em outros países da América Latina, no Canadá, na Austrália, na Indonésia. Em fertilizantes, os holofotes estão sobre fosfato e potássio, duas das três matérias-primas básicas para os produtos finais comprados pelos agricultores, embora a porta não esteja fechada aos derivados do nitrogênio, que completa o trio.

A B&A conta com US\$ 520 milhões para investimentos em um período de três a cinco anos. "Mas podemos gastar esse valor antes do fim desse prazo", afirma Spina. A maior parte desses recursos foi aportada pelo BTG Pactual, que divide o controle da companhia com a holding AGN Agroindustrial. Nesse ano, a B&A adquiriu quase 30% da Rio Verde Minerals, que tem projetos de fosfato e potássio no Norte e no Nordeste do Brasil, e 11,5% da MbAC, com projetos em fosfato e perspectivas de investimentos potássio no Brasil e na América Latina. Rio Verde e MbAC têm ações negociadas na bolsa de Toronto (Canadá). Fora da área de fertilizantes, a B&A comprou 30% da Cuprom, companhia fechada no Chile com projetos em cobre.

Conforme Spina, os fertilizantes são parte importante do escopo da empresa pela ligação que têm com segurança alimentar, na medida em que garantem maior produtividade agrícola sem a necessidade de ampliar áreas de cultivo. E, com a dependência brasileira, esses insumos também poderão alimentar negócios de um nova trading que poderá ser formada pelo grupo. Jairo Ribeiro e Alfredo de Goeye, sócios da holding AGN, são sócios também de uma trading já existente (Sertrading). Ribeiro também é sócio do Banco Indusval.

Outra empreitada do grupo que não servirá apenas aos negócios agrícolas, mas que poderá ajudá-los na África, é a construção de um porto de águas profundas em São Tomé e Príncipe, no golfo da Guiné, importante região produtora de petróleo. O empreendimento é uma das apostas da AGN Logística e a meta é criar uma zona franca na região. "É como se fosse fazer uma Cingapura na África", afirma Spina. A AGN está em vias de ganhar a concessão para o porto, segundo Spina - que não descarta o desenvolvimento de projetos envolvendo portos brasileiros.

A prospecção do porto em São Tomé e Príncipe absorveu investimentos iniciais de US\$ 5 milhões a US\$ 10 milhões, mas sua construção poderá custar bilhões de dólares e, se for levado adiante, deverá contar com "parceiros estratégicos". Conforme Spina, o projeto já foi apresentado ao BNDES.

Na área de bioenergia, o plano é investir em variedades de cana capazes de render uma maior quantidade de biomassa, visando à geração de eletricidade voltada ao abastecimento de projetos locais. A AGN Biocombustíveis, braço da holding no segmento, já comprou duas fazendas, uma em Alagoas e outra no interior paulista, para testar cultivares de cana em busca das características agrônômicas desejadas, e a patente desses materiais já foi registrada.

A meta é conseguir elevar para 70% o teor de biomassa nas plantas, em detrimento do açúcar. Com mais biomassa, o peso da parte agrícola no custo do processo para a produção de energia, normalmente de 60%, pode cair pela metade, conforme Spina. Os experimentos iniciais foram considerados favoráveis. Em 18 meses, será possível testar as mudas no campo, mas a produção em grande escala só será possível em dois ou três anos. A ideia é obter concessões de terras na África para produzir a "cana energética". Para isso, já foi formalizada uma parceria com a instituição Africare, que inicialmente prevê o envolvimento de três mil famílias em Moçambique que deverão dispor de apoio em capacitação. Nessa área, a busca de investimentos só deverá ganhar corpo quando houver produção em escala comercial.

Segundo Spina, a "cana energética" também deverá servir à produção de biocombustível. "Nosso sonho é que entre oito e dez anos possamos produzir combustível de aviação com essa cana". A intenção não é investir nesse tipo de pesquisa, mas depois que o estudo mais viável surgir, licenciar a ideia. Para ajudar na procura por melhores terras para o cultivo, a AGN desenvolveu um sistema de georreferenciamento que indica as áreas mais adequadas em várias partes do mundo para 20 culturas. A comercialização dessa ferramenta também não está descartada.

Usinas de SP podem perder selo trabalhista. Lino Rodrigues – O Globo. 03/10/2012

Procuradoria pede cassação de atestado dado a sete unidades de açúcar e álcool

O Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP) ajuizou na última sexta-feira sete ações civis públicas pedindo a cassação definitiva do "Selo de Responsabilidade - Empresa Compromissada" concedido pelo governo federal a sete usinas de açúcar e álcool do interior paulista. O selo, uma espécie de prêmio às empresas que se comprometeram a seguir a legislação trabalhista, foi criado pelo governo na tentativa de melhorar a imagem do etanol brasileiro no exterior.

Entre outros argumentos para justificar a cassação do selo, o Ministério Público do Trabalho usou matéria do GLOBO, publicada na edição de 22 de julho, que revelou que a concessão do prêmio foi feita para usinas que respondiam ou foram condenadas em processos envolvendo irregularidades nas relações trabalhistas.

Auditorias na entressafra

Segundo o MPT paulista, o selo está funcionando como um "mecanismo de "anticombate" ao trabalho escravo e ocultação de problemas trabalhistas".

As ações, que incluem a suspensão imediata da divulgação e do uso do prêmio pelas empresas, foram ajuizadas contra a União Federal e as usinas da Raizen de Ibaté e Araraquara; São José da Estiva, de Novo Horizonte; Santa Fé, de Nova Europa; Malosso, de Itápolis; Ipiranga, de Descalvado e Santa Cruz; de Américo Brasiliense.

Lançado em junho de 2009, o "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar" teve a adesão de 250 das 300 usinas existentes no país, sendo que 169 delas receberam o selo das mãos da presidente Dilma Rousseff, em solenidade no Palácio do Planalto.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho, foram detectados vários vícios na metodologia empregada para a concessão do selo, como a ausência de mecanismos de consulta a órgãos de fiscalização do próprio Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho.

Além disso, o MPT aponta irregularidades nas auditorias, muitas delas realizadas no período de entressafra, "quando não há moagem e não há cortadores" e relatórios que exigem descrição das ações, mas têm textos repetidos para usinas diferentes.

Venda externa de etanol é de US\$ 1,3 bilhão no ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 03/10/2012

As exportações brasileiras de etanol somam US\$ 1,3 bilhão de janeiro a setembro deste ano, 46% mais do que em igual período anterior.

As exportações deslancharam no segundo semestre, quando a colheita de cana teve um ritmo mais acelerado.

Em setembro, foram exportados 453 milhões de litros, somando 1,79 bilhão no ano.

Só nos últimos três meses, atendendo a compromissos de venda feitos anteriormente, as usinas exportaram 1,2 bilhão de litros.

Apesar da queda no mercado internacional, o açúcar ainda rende 25% mais do que o álcool anidro e 32% mais do que o hidratado para as usinas produtoras.

Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Cana vai além do etanol e do açúcar – O Estado de São Paulo. 10/10/2012

Empresas inauguram novas fábricas no País. Grandes grupos investem em fábricas para transformar a cana em produtos químicos

Grandes grupos do agronegócio que atuam no Brasil, como a Bunge e o Grupo São Martinho, apostam cada vez mais na transformação da cana-de-açúcar em substâncias químicas usadas como ingredientes de produtos que vão dos cremes de beleza a lubrificantes industriais.

Uma joint venture entre a Bunge e a companhia americana de biotecnologia Solazyme começará, no fim do próximo ano, a produzir óleos a partir do açúcar. A produtora de cana de açúcar Paraíso Bioenergia inaugurará a primeira fábrica no Brasil até o fim do ano, em associação com a americana Amyris, para a produção de matérias-primas, como um substituto do óleo de fígado de bacalhau usado em loções. O Grupo São Martinho e a ETH Bioenergia planejam construir fábricas semelhantes nos próximos dois anos.

Em razão do ceticismo de alguns investidores globais, a conversão de produtos agrícolas em substâncias químicas renováveis está se tornando um negócio mais atraente no Brasil desde que o preço do açúcar caíram 13% no ano passado, e o do etanol despencou 12%. A Amyris teve uma desvalorização de 74% este ano, depois do atraso da construção da fábrica do Grupo São Martinho, e em razão da preocupação de que os seus projetos não atinjam a escala necessária para dar lucro. A Solazyme, por sua vez, perdeu 12%.

"Trata-se de uma oportunidade incrível para as usinas de cana-de-açúcar, se a tecnologia for correta", disse Steven Slome, consultor da companhia Nexant, de gerenciamento e pesquisa de energia. As companhias "poderão faturar o dobro com a mesma matéria-prima", disse.

O Grupo São Martinho e a Paraíso Bioenergia adotaram sistemas da Amyris em fábricas que usarão micróbios projetados para transformar a sacarose, o principal ingrediente da cana, em farneseno, um composto que pode ser processado numa variedade de produtos químicos especiais. A tecnologia da Solazyme utiliza algas geneticamente modificadas, que se alimentam de açúcar em tanques de fermentação, para produzir óleos especialmente destinados à fabricação de substâncias químicas específicas.

A Cosan S/A, que controla a maior processadora de cana-de-açúcar do mundo com a Royal Dutch Shell, e a Guarani, da Tereos Internacional, estudam a possibilidade de criar sociedades semelhantes, informou a companhia de biotecnologia em 2009.

Tecnologia. Embora o mercado para estes produtos químicos seja reduzido, as companhias apostam que a tecnologia incipiente deslançará no Brasil por causa do seu clima quente, da abundância de usinas de cana e da demanda por produtos químicos. O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo.

Os produtos químicos renováveis feitos da cana concorrerão com produtos derivados do petróleo que chegam a ser vendidos a um preço superior a US\$ 20 o litro, em comparação com cerca de US\$ 0,50 o litro do etanol, disse Slome.

"Em relação aos antigos negócios com commodities, este é muito melhor para nós", disse Dario Costa Gaeta, presidente da Paraíso Bioenergia. "Nosso objetivo é dobrar as margens" de açúcar e etanol, disse.

As vendas líquidas da indústria química brasileira mais que dobraram, para US\$ 158,5 bilhões no ano passado, em comparação com US\$ 72,3 bilhões em 2005, segundo a Associação da Indústria Química Brasileira, sediada em São Paulo.

As ações da Amyris despencaram para uma baixa recorde em maio, depois que atrasou a construção da fábrica com o Grupo São Martinho, e registrou prejuízos maiores do que os previstos pelos analistas. A Amyris "não foi clara na descrição dos problemas técnicos que a companhia enfrenta", afirmou Pavel Molchanov, analista da Raymond James & Associates. "Existe um risco relacionado a todo aumento da fermentação".

O Grupo São Martinho constituiu a sociedade com a Amyris em abril de 2010. O CEO da companhia de biotecnologia, John Melo, disse que ela chegará a produzir 100 milhões de litros de farneseno ao ano.

Esse projeto foi adiado enquanto a Amyris se concentrava em sua sociedade com a Paraíso Bioenergia, informou numa entrevista o presidente do Grupo São Martinho, Fábio Venturelli, que trabalhou para a Dow Chemical por 22 anos. O desenvolvimento poderá ser retomado em julho e poderá levar 18 meses para ser concluído.

A Solazyme, sediada em South San Francisco, Califórnia, pretende inaugurar uma fábrica de US\$ 145 milhões em uma usina de cana da Bunge, no fim do ano que vem, para produzir 100 mil toneladas ao ano do seu óleo de algas, informou Miguel Oliveira, diretor executivo da Bunge da área de inovação global.

A Solazyme prevê atingir margens brutas de 30% ou mais, segundo o diretor financeiro Tyler Painter. O óleo de algas contém ácido láurico, com base no qual são fabricados detergentes, e substitui o óleo de palmiste, que é vendido a US\$ 1.800 a tonelada, disse Oliveira. O mercado interno deste óleo poderá alcançar as 400 mil toneladas anuais, acrescentou o executivo.

Outras companhia de biotecnologia, como LS9, Green Biologies e Cobalt Technologies, também planejam constituir sociedades para a fabricação de produtos químicos usando

a cana-de-açúcar no Brasil. A petroquímica Braskem já produz uma matéria-prima para a fabricação de plásticos usando a cana numa fábrica no Rio Grande do Sul.

As plantações de cana-de-açúcar no Brasil produziram, em média, 79 toneladas métricas por hectare em 2010, em comparação com cerca de 70 toneladas na Índia, a segunda maior produtora mundial, e dos EUA, informou em seu site a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

"O Brasil, com matéria-prima de baixo custo, se revela um terreno de testes para a biotecnologia", diz Steven Slome, consultor da Nexant. "Se não tivermos sucesso com custos do Brasil, não teremos em nenhum outro lugar." / BLOOMBERG NEWS

Etanol e carro flex: uma inovação que define. José Roberto Mendonça de Barros – O Estado de São Paulo. 14/10/2012

Em 2003 foi lançado o primeiro carro com motor flex, que permitiu a utilização de qualquer mistura etanol hidratado/gasolina entre 20% e 100%. O consumidor aceitou logo a ideia e até 2009 construiu-se no País um sistema inovador, que começava no setor automotivo. Entre 2003 e 2005, o motor flex foi bastante aprimorado.

O etanol hidratado tinha competitividade com a gasolina porque o custo de produção da cana-de-açúcar era, na ocasião, o menor do mundo. Além disso, o preço da gasolina subiu entre 2002 até meados de 2006, quando foi mantido praticamente constante desde então.

As vendas de carros flex (como mostra o gráfico abaixo) subiram de forma acentuada, atingindo rapidamente a faixa de 80% ou mais do total de carros produzidos no País. Estima-se que em 2009 a frota destes veículos era da ordem de 9,5 milhões de unidades. O consumo de etanol hidratado, em consequência, se elevou rapidamente de 5 bilhões para mais de 20 bilhões de litros.

Foi preciso muito trabalho de pesquisa no Brasil e de convencimento no exterior para que a Europa e os EUA aceitassem que o etanol de cana era um combustível avançado, isto é, um produto renovável e que, dada sua tecnologia e alta produtividade, contribuía positivamente para a redução do efeito estufa e da poluição.

Levou também algum tempo para que se aceitasse que a produção de cana não implicava elevação dos preços de alimentos, ao contrário do produto americano, feito de milho. Neste caso, a utilização de mais de 90 milhões de toneladas de milho para a produção de etanol certamente produziu, em 2008, uma forte pressão no custo de alimentação.

No corrente ano, a combinação de uma forte seca e o esmagamento de 125 milhões de toneladas de milho para a produção de biocombustível repetiu o impacto sobre os preços dos alimentos.

No caso da cana, a alta produtividade resulta num crescimento de área muito modesto, ante a dimensão do Brasil, de sorte que inexistente qualquer pressão sobre a produção de

produtos da cesta básica. O gráfico 1, abaixo reproduzido, mostra como os preços de alimentos reduziram-se sistematicamente nos últimos anos.

Finalmente, também levou muito tempo para que os defensores do meio ambiente acabassem por perceber que a cana é uma gramínea que não convive bem com a região amazônica, não tendo, pois, nenhuma responsabilidade, inclusive indireta, na queima de florestas.

Outras inovações também aconteceram no período de 2003 a 2009: a expansão de projetos de cogeração de energia com a queima de bagaço e o início do desenvolvimento de combustíveis de segunda geração em escala pré-industrial. Da mesma forma, a alcoolquímica começa a ensaiar seus primeiros passos com a chegada de empresas como a Amyris. O sucesso do plástico verde da Braskem levou muitas empresas da área química a se dispor a investir em novos polos industriais ao lado das usinas.

Tudo indicava que se desenvolvia um grande projeto inovador e vencedor.

2009 - 2012. A perda de competitividade

Com a crise financeira de 2008, a maior parte dos projetos de ampliação de capacidade foi cancelada.

Quatro anos de baixos investimentos e clima adverso reduziram a quantidade da cana. Também concorreu para isso a curva de aprendizado no plantio de novas áreas, onde ainda não existiam variedades mais bem adaptadas. Hoje, o País não é mais o produtor de menor custo, mas o quarto ou quinto da fila.

Com a escassez da cana houve o privilégio na produção de açúcar, que tem mais facilidade para gerar liquidez e rentabilidade, e de álcool anidro, que tem mercado garantido, dada a obrigatoriedade da mistura com a gasolina.

O virtual congelamento do preço da gasolina na bomba tirou a competitividade do hidratado. Dada a escassez de cana, que vai até 2017 na melhor das hipóteses, o que equilibra o mercado é a redução na produção do hidratado, cujos preços se elevam na entressafra, fazendo cair o consumo, como se vê no gráfico 2.

A ausência de investimentos na melhoria do motor a etanol manteve inalterada sua menor eficiência com relação ao motor a gasolina, algo em torno de 30%. Só agora, alguns novos projetos de pesquisa visando a melhora do desempenho dos motores flex estão começando (como os que se iniciam no Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol - CTBE). O novo regime automotivo, recém-divulgado, incorpora pela primeira vez exigências quanto à redução no consumo de combustíveis.

Segundo técnicos do setor, as melhorias de eficiência no motor flex poderiam ter sido de 15 a 20% em uma primeira fase, caso esses projetos tivessem sido iniciados a partir de 2007, de acordo com nota técnica elaborada por Alfred Swarc e Francisco Nigro. A história do etanol teria sido outra se isso tivesse ocorrido.

Finalmente, a política de preços de combustíveis, aliada ao esgotamento da capacidade de refino, elevou as importações de diesel, gasolina e etanol, desequilibrando o fluxo de caixa da Petrobrás.

Como as novas refinarias só ficarão prontas daqui a três anos, o aumento do consumo terá de ser atendido por mais importações.

Um enorme problema logístico está sendo criado, pois o País não está preparado para distribuir grandes volumes de combustíveis vindos do exterior.

A Petrobrás precisa de uma relevante elevação no preço da gasolina para racionar um pouco a demanda e estimular a produção do etanol, reduzindo suas perdas financeiras.

A lição que fica é que o mundo não para e a competição sempre avança. A manutenção da competitividade depende mais do que tudo de uma dinâmica de avanços contínuos, técnicos e regulatórios, que permitam a manutenção da liderança.

Apenas um esforço mais organizado poderá permitir que uma experiência bem-sucedida não siga definhando e se perca por falta de competitividade.

Nova previsão de aumento da oferta de cana no ciclo 2013/14. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 16/10/2012

Pires: "Nossa política de preços é esquizofrênica. O setor de etanol precisa torcer para que o preço da gasolina caia"

A moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul deverá ficar entre 545 milhões de toneladas e 575 milhões de toneladas na próxima temporada (2013/14), um crescimento entre 6,4% e 12,3% sobre a safra 2012/13, de acordo com estimativa divulgada pela Datagro durante evento promovido pela própria consultoria ontem na capital de São Paulo.

Segundo Plínio Nastari, presidente da empresa, sua projeção para o atual ciclo (2012/13) foram mantidos em 512 milhões de toneladas. "O cenário que nós esperávamos [inicialmente] está acontecendo", comentou. De acordo com Nastari, a intensidade das chuvas pode prejudicar a colheita e deixar entre 4 milhões e 5 milhões de toneladas de cana em pé ao final da atual temporada. "Vai ser um final de safra cheio de emoções", afirmou.

Nesse contexto, o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, voltou a criticar os reflexos da política de preços da gasolina do governo federal sobre o mercado de etanol no país. De acordo com ele, a falta de previsibilidade para os preços do combustível fóssil traz prejuízos para a Petrobras e para o segmento como um todo.

"Nossa política de preços é esquizofrênica. O setor de etanol precisa torcer para que o preço da gasolina caia. Enquanto isso, Petrobras é a única petroleira que não ganha quando a gasolina sobe", criticou Pires.

O diretor defendeu que os preços da gasolina no mercado doméstico acompanhem a tendência do mercado internacional. "Ninguém defende que a política de preços do

petróleo deva seguir o dia a dia do mercado, que é volátil. Mas ele deve seguir a tendência", argumentou.

Nastari, da Datagro, afirmou, ainda, que o processo de concentração no segmento sucroalcooleiro deve prosseguir nos próximos anos, mesmo que em menor intensidade. De acordo com ele, o processo pode envolver novas fusões e aquisições, mas de maneira "mais equilibrada" do que o verificado entre 2005 e 2008.

Na sua avaliação, o fechamento de 41 usinas do Centro-Sul desde 2008 contribuiu para a maior concentração do segmento. Ele enumera que os 25 maiores grupos sucroalcooleiros do país concentravam 43% da moagem em 2002, fatia que passou a responder por 74% neste ano. Atualmente, o país possui cerca de 440 usinas pertencentes a 179 grupos econômicos. Questionado sobre o endividamento das usinas, Nastari disse que entre 15% e 18% dessas empresas sofrem com dívidas elevadas.

Produtores de cana e etanol tiveram prejuízo na safra 2011/2012 – Site da CNA. 22/10/2012

Os fornecedores de cana-de-açúcar e as usinas de etanol tiveram margens de lucro negativas na safra 2011/2012, diante da perda de produtividade ocasionada por fatores como problemas climáticos, falta de investimentos na renovação dos canaviais e no uso de tecnologia e ampliação dos custos de produção. Este cenário ocorreu principalmente nas regiões tradicionais da atividade canavieira do Centro-Sul do País, como São Paulo e Paraná, e em alguns Estados do Nordeste, como Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Foi o que apontou o relatório “Custos de Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol”, elaborado por técnicos do Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O levantamento foi feito em nove Estados, que representam um terço da produção nacional de cana-de-açúcar. Além do Centro-Sul tradicional e da região Nordeste, o estudo contemplou, também, as regiões de expansão do Centro-Sul, que ganharam destaque na cultura nos últimos anos, como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Segundo o relatório, apenas estas localidades tiveram suas receitas superiores aos custos. Na região tradicional, a margem foi de -16% na produção de cana e de - 3,8% no etanol hidratado. No Nordeste, a margem foi negativa em 15% na atividade canavieira, enquanto as usinas de etanol hidratado tiveram prejuízo de 10,2%. O documento mostra, ainda, o comportamento da produção de açúcar na safra passada nas três regiões.

Veja aqui o relatório completo:

<http://www.canaldoprodutor.com.br/biblioteca/publicacoes/versao-completa-fechamento-da-safra-20112012>

Ou acesse a versão resumida do estudo:

<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/VersaoResumida.pdf>

Produtores ameaçados – O Estado de São Paulo. 25/10/2012

Embora estejam em plena vigência uma lei estadual e um protocolo de intenções assinado pelo governo paulista e representantes dos produtores que autorizam o uso da queimada no período da colheita de cana-de-açúcar no Estado e fixam prazos para a redução gradual dessa prática, até sua eliminação completa em 2017, o Ministério Público Federal (MPF) quer interrompê-la imediatamente. Por sua iniciativa, a proibição imediata da queima já está em vigor em algumas regiões do Estado de São Paulo, que responde por 60% da produção nacional de cana-de-açúcar. A abrupta antecipação do prazo para o fim da queima da cana na época da colheita tem forte impacto econômico e pode inviabilizar a atividade dos pequenos produtores, que detêm 30% da cana plantada no Estado.

É mais um grave problema para os produtores, que enfrentam uma das piores crises da história da indústria de açúcar e álcool no País, resultante da alta dos custos de produção e da queda dos preços do produto. A queima facilita a colheita manual da cana, permitindo que o trabalhador alcance o dobro da produtividade da colheita da cana crua. Impedidos de utilizar a queima, muitos produtores terão sua colheita fortemente reduzida.

Como mostrou reportagem do Estado (21/10), a preocupação desses produtores é com o risco de perda do momento da colheita. Eles têm só até novembro para concluir a operação. Em condições normais, utilizando as queimas que até agora eram permitidas, nesta época eles já teriam colhido cerca de 80% da cana. Em muitas regiões, só metade da cana foi cortada até agora. "Vai sobrar cana em pé", disse o presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Antonio de Pádua Rodrigues. "O pior é que os produtores ficarão sem renda para a plantação da próxima safra."

A eliminação da queima da cana é importante para a preservação ambiental e para a saúde pública, pois as queimas emitem fuligem fina que produz efeitos nocivos ao organismo humano. Além disso, as queimas contribuem para diminuir a biodiversidade, pela destruição de áreas próximas às plantações e de habitats e pela morte de animais. A mecanização da colheita, de sua parte, além de eliminar a necessidade das queimas, reduz os custos de produção e aumenta a rentabilidade dessa atividade.

Dada a disseminação do uso das queimas, no entanto, a suspensão repentina dessa prática teria impactos econômicos e sociais graves, daí o governo do Estado, em acordo com os produtores, ter estabelecido condições e prazos para sua eliminação gradual. Calcula-se que cada colheitadeira substitui cerca de 80 trabalhadores. Para evitar o desemprego imediato nas regiões produtoras e permitir-lhes adaptar-se às novas técnicas, em 2002 foi fixado por lei estadual um cronograma para a eliminação da queima dos canaviais até 2021 nas áreas mecanizáveis. O protocolo de intenções firmado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado e pela Unica antecipou o fim para 2017. Os procedimentos para a queima são aprovados pela Cetesb.

Estes são os parâmetros nos quais, até agora, se baseavam os produtores paulistas. O MPF os ignorou completamente, ao alegar que a queima só pode ser autorizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que, para autorizá-la, deve exigir a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental -

Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). Na falta de autorização do Ibama, argumentou ainda o MPF, a prática deve ser imediatamente suspensa.

A proibição já vigora em 17 municípios paulistas das regiões de Campinas e Araraquara. A decisão afeta o trabalho de 2.167 produtores, 73% dos quais têm áreas inferiores a 25 hectares. "Esses produtores não estão preparados para fazer o corte mecanizado da cana neste momento", disse ao Estado o presidente da Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil, Ismael Perina. "Se colocar máquinas nesses terrenos agora, haverá uma queda de 25% a 30% na colheita."

Argumentos como esses, infelizmente, não comovem o MPF, que pediu novas proibições.

POLÍTICA NACIONAL

Biodiesel

Usinas defendem mistura de biodiesel a 20%. Eduardo Magossi – O Estado de São Paulo. 02/10/2012

O governo e o setor do biodiesel ainda não chegaram a um acordo sobre o aumento da mistura de biodiesel ao diesel até 2020. Enquanto o setor propõe que a mistura - atualmente em 5% - atinja 20% até o fim da década, o governo acena com adição de apenas 10%. A informação é do presidente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), Erasmo Batistella, que participou ontem da 8.ª Conferência Internacional BiodieselBR, em São Paulo.

Segundo ele, o setor quer que o novo marco regulatório do setor já contemple a mistura de 20% para que não seja necessária a elaboração de um novo marco em menos de sete anos. "Já temos capacidade instalada para os 10% hoje, e podemos elevar a mistura de forma gradual. Se o novo marco definir a mistura como 10% para 2020, caso ocorra um aumento de demanda antecipada, teremos de realizar um novo marco em pouco tempo", explicou Batistella.

O executivo afirma que, hoje, a cadeia do biodiesel agrega R\$ 11,8 bilhões ao produto interno bruto (PIB) brasileiro com o B5 (5% de biodiesel misturado ao diesel). Com o B7 (mistura de 7%), essa contribuição seria de R\$ 13,5 bilhões, aumentando para R\$ 20,7 bilhões com o B10. "Já com o B20, R\$ 49,3 bilhões seriam agregados ao PIB vindo do biodiesel", disse.

Batistella explicou que o governo promete que o novo marco regulatório ficará pronto ainda para 2012. No entanto, existem ainda várias questões a serem definidas, como a da mistura, da possibilidade de exportar biodiesel e também a do fundo de investimentos que o governo quer criar para arrecadar recursos das empresas.

Investimentos. Analistas, no entanto, afirmam que, sem uma política de governo clara, o setor de biocombustíveis não vai conseguir atrair investimentos necessários nem para a produção de biodiesel nem para o etanol.

O presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, diz que os investidores precisam de previsibilidade para investir. Segundo ele, desde a descoberta do pré-sal, o governo praticamente abandonou a política para biocombustíveis diante da premissa de que rapidamente o Brasil estaria produzindo muito petróleo.

Delegados do MDA participam de videoconferência sobre chamadas de Ater – Site do MDA. 04/10/2012

Duas chamadas públicas para seleção de entidades executoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) foram tema de uma videoconferência que teve a participação de 17 delegados federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nesta quarta-feira (3), em Brasília. O evento, organizado pelo ministério, com transmissão ao vivo para as delegacias, teve o objetivo de apresentar as chamadas públicas que irão capacitar, assessorar e qualificar 289 cooperativas e associações de agricultores familiares em todo o País.

O coordenador da Rede Brasil Rural e do Programa Mais Alimentos, Marco Antônio Viana Leite, que conduziu a reunião, destacou a importância dos serviços de assistência técnica como estratégias do MDA para qualificação da gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar. “O nosso propósito com essas chamadas públicas é assessorar e capacitar, bem como melhorar a gestão dos empreendimentos da agricultura familiar, a fim de permitir o acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)”, ressaltou.

Segundo Marco Antônio, a primeira chamada, nº 06/2012, no valor de R\$ 37,6 milhões, beneficiará 265 cooperativas por meio da metodologia de Ater Mais Gestão, específica para organização e gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Os estados contemplados por essa chamada são Pará, Amazonas, Rondônia, Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “Até o final do ano, o MDA pretende beneficiar cerca de 700 empreendimentos”, enfatizou.

Na Bahia, por exemplo, 50 cooperativas serão atendidas pelas chamadas públicas de Ater – Mais Gestão 2012. “O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural figura como uma importante política pública para atender às demandas dos agricultores familiares no estado”, comentou o representante da delegacia do MDA na Bahia, o engenheiro agrônomo Joaquim Sampaio.

Ater para produtores de biodiesel

Com recursos de R\$ 4,1 milhões, a Chamada Pública nº 07/2012 vai atender 24 empreendimentos que desempenham atividades ligadas ao biodiesel. “A chamada tem por objetivo a contratação de entidade executora de serviços de assistência técnica para beneficiar empreendimentos coletivos da agricultura familiar no Programa Nacional de

Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)”, explicou o coordenador-geral de Biocombustíveis da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, André Grossi Machado.

O coordenador também destacou o papel dos delegados para a execução dessas chamadas públicas. “É importante conversar com todos os delegados que são os nossos representantes nos estados para sanar todas as dúvidas relativas ao edital para que eles possam tanto divulgar a chamada para as entidades interessadas quanto orientar as cooperativas que vão ser beneficiadas”, salientou André Grossi.

O edital está dividido em dois lotes, um com cinco estados do Semiárido, outro com três estados do Centro-Oeste. “É uma chamada que tem um objetivo estratégico de reforçar a gestão dos empreendimentos coletivos da agricultura familiar e a participação dessas cooperativas nos mais diversos programas de biodiesel. E contribuir para a qualidade dos serviços prestados por esses empreendimentos às indústrias, que são muito exigentes”, finalizou o coordenador.

As entidades interessadas em participar da seleção têm até 18 de outubro para apresentar os projetos, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União. A seleção das propostas será baseada em critérios técnicos. O resultado final das chamadas deve sair após 30 dias do prazo de recebimento dos projetos. Os serviços contratados serão executados em 24 meses.

Petrobrás pode cancelar refinarias no Nordeste. Sabrina Valle – O Estado de São Paulo. 12/10/2012

Sem reajuste de combustíveis, as refinarias Premium 1 (Maranhão) e 2 (Ceará) podem sofrer cortes, e parte do Comperj corre o risco de tornar-se inviável

As refinarias Premium 1 (Maranhão) e 2 (Ceará) estão na lista de projetos que precisariam ser cortados, caso a Petrobrás não consiga reajustar o preço de seus combustíveis como previsto no plano de negócios 2012-2016, segundo fontes da 'Agência Estado'. Em último caso, também parte do Complexo Químico do Rio de Janeiro (Comperj) corre o risco de se tornar inviável.

Segundo fontes, atrasos no plano de desinvestimento da companhia (US\$ 14,8 bilhões) também atrapalham a capacidade da empresa de financiar os projetos.

Um corte nos planos de refino teria implicações políticas, já que os três Estados contam com os recursos bilionários e com a criação de emprego trazidos pelas obras. Os três projetos já foram alvo de polêmica em junho, depois que Graça enquadrou como "em avaliação" as refinarias Premium 1 e 2 e parte do Comperj (segunda fase da refinaria e unidade petroquímica).

A grita dos governadores levou Graça a visitar pessoalmente, em julho, os governadores Roseana Sarney (MA), Cid Gomes (CE) e Sergio Cabral (RJ), posando para fotos e reafirmando que os projetos continuavam em pauta.

Os cortes no programa de investimentos não seriam imediatos, nem feitos numa só leva. Parte do restante da lista, que também depende de reforço no caixa, integra os 147 projetos que Graça considera "em avaliação", ao apresentar seu primeiro plano de negócios quinquenal (2012-2016), em junho.

A nova categoria significa que os investimentos só serão confirmados à medida que as fases iniciais dos projetos forem aprovadas, o que inclui a viabilidade financeira deles. Os orçamentos são todos bilionários, mas não são divulgados pela Petrobrás enquanto estiverem sob revisão.

Ao todo, estão em avaliação US\$ 27,8 bilhões dos US\$ 236,5 bilhões de investimentos previstos até 2016. Parte do orçamento das refinarias está fora desse valor, pois a previsão de conclusão das obras é para depois de 2016.

As refinarias Premium, assim chamadas por processar combustível para exportação, estão em fase inicial de projeto - a do Maranhão em terraplenagem e a do Ceará ainda no papel.

O Comperj está com 35% das obras concluídas, e a primeira fase da refinaria está com orçamento garantido. Os orçamentos são todos bilionários, mas não são divulgados.

Internamente, a equipe responsável pelas refinarias do Maranhão e do Ceará está sendo fortemente pressionada para adequar os custos a parâmetros internacionais. Graça não quer ver repetido o exemplo de Abreu e Lima (Pernambuco, orçada hoje em US\$ 20 bilhões), que saiu pelo menos três vezes mais cara do que pares estrangeiras.

Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel se reúne na próxima quarta-feira – Site do MAPA. 16/10/2012

Grupo temático fará apresentação de debates sobre tributação na cadeia produtiva

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel se reúne na próxima quarta-feira, 17 de outubro, às 9h, na Sala de reuniões CNPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília.

No evento, o grupo temático vai relatar os debates sobre tributação na cadeia produtiva de oleaginosas e biodiesel. Também estão na pauta a apresentação dos resultados do último leilão de biodiesel e a palestra sobre bioquerosene e cadeia produtiva do biodiesel.

Novo presidente da Embrapa quer o foco em energia limpa – Valor Econômico. 16/10/2012

Mauricio Lopes, novo presidente da Embrapa: "É sempre aquela luta para trazer sempre mais recursos para a empresa"

Ao tomar posse ontem, no Ministério da Agricultura, em Brasília, o novo presidente da Embrapa, Mauricio Lopes, reforçou que sua intenção é dar prosseguimento à agenda da

estatal. Porém, ele destacou que sua gestão terá algumas prioridades e uma delas será a geração de energia por meio da cana-de-açúcar e do sorgo sacarino, grão que até pouco tempo atrás era utilizado apenas como alimento para o gado ou matéria-prima para a produção de ração para aves de suínos.

"Há quase 40 anos, a Embrapa apresenta soluções para a agricultura. Estamos antecipando que vem aí a revolução das biorrefinarias com o uso de biomassa. E o setor sucroenergético é o principal candidato a ajudar o Brasil a focar em uma economia verde", disse.

Para Lopes, o Brasil precisa conhecer o potencial de seus recursos e mapear áreas de pastagens degradadas para dar outro destino a elas. Durante a cerimônia, o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, elogiou o novo presidente que construiu uma carreira de 30 anos como pesquisador especializado em melhoramento genético. Mauricio Lopes substituiu Pedro Arraes, que ocupava a presidência desde 2009, e pediu exoneração do cargo depois de críticas a sua gestão, especialmente, aos investimentos da Embrapa Internacional, presente em dez países. Nos próximos dias, uma sindicância interna deve ser aberta para investigar os projetos criados por essa unidade.

O braço internacional da estatal foi extinto pelo ministro da Agricultura no início do mês. Lopes não comentou as razões para a decisão quando foi nomeado ao cargo de presidente na semana passada. Entretanto, ele acredita que "houve um equívoco sobre o modelo para operar no exterior", disse. Ele não avalia a decisão como um retrocesso ou ameaça à imagem da empresa fora do país. "A orientação do ministro é intensificar a presença da Embrapa no exterior. O que está extinto é o modelo Embrapa Internacional", explicou.

Lopes informou que a coordenação dos projetos será feita no Brasil com a manutenção dos programas de cooperação e intercâmbio de pesquisadores com os Estados Unidos, França, Alemanha, Países Baixos, Reino Unido e Coreia. Na Ásia, a Embrapa iniciará parceria com a China e Japão ainda neste ano. "Alcançamos a última fronteira na Ásia", completou. O novo presidente não deixou de citar a atuação da empresa em projetos de cooperação técnica na América Latina e na África.

Mauricio Lopes fez questão de informar que a Embrapa contratou cerca de mil novos pesquisadores nos últimos dois anos e que os recursos financeiros são um desafio como em qualquer empresa. "É sempre aquela luta por trazer sempre mais recursos", afirmou o novo presidente. A estatal que tem 47 unidades no país e 9,4 mil funcionários, contou com um orçamento de R\$ 2 bilhões para 2012.

Câmara setorial de oleaginosas e biodiesel revisa agenda estratégica – Site do MAPA. 17/10/2012

Debate será realizado na primeira reunião de 2013

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel vai revisar sua agenda estratégica. A decisão foi tomada durante a 15ª reunião ordinária da câmara, nesta quarta-feira (17/10), em Brasília. O assunto estará na pauta do primeiro encontro do grupo em 2013, prevista para 24 de abril.

Dentre os assuntos que serão abordados na revisão estão novos produtos alternativos para produção de biodiesel e a inclusão do bioquerosene, combustível alternativo para aviação, no escopo da câmara.

Durante a reunião, foi apresentado o trabalho do Grupo Temático sobre Tributação na Cadeira Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel. Também foram expostos os resultados do último leilão de biodiesel.

Sinal verde para planta de biodiesel da Bunge. Mônica Izaguirre – Valor Econômico. 18/10/2012

A Bunge Alimentos S.A. obteve da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorização para iniciar as operações da fábrica de biodiesel que construiu em Nova Mutum, em Mato Grosso, onde também tem uma unidade processadora de soja.

A construção da fábrica foi autorizada pela agência em abril de 2011. Segundo informação fornecida pela empresa ao governo do Estado alguns meses antes, os investimentos previstos chegavam a R\$ 60 milhões.

A nova planta é a primeira da multinacional destinada à produção de biodiesel no Brasil. Gigante do agronegócio e maior exportadora do setor no Brasil, a Bunge possui no país dezenas de unidades industriais, dedicadas à industrialização de soja e trigo, produção de lecitinas, margarinas e maioneses, refino de óleo e produção de gorduras e processamento de cana-de-açúcar.

A comercialização do biodiesel a ser produzido em Nova Mutum ainda depende de outra autorização específica da ANP, diz ato publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU). A capacidade de produção da fábrica é de 413,79 metros cúbicos por dia, ainda segundo informações da agência.

Pepe Vargas fala sobre políticas para agricultura familiar, jovens do campo e agroenergia – Site do MDA. 23/10/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, é o convidado para a abertura oficial do Congresso Mercosul de Biomassa e Bioenergia, que ocorre nesta quarta-feira (24), na Universidade de Caxias do Sul (UCS), no Rio Grande do Sul. Às 9h30, Pepe fala sobre Política de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Agroenergia.

O evento é uma parceria entre a UCS e o Sindicato das Indústrias Madeireiras (Sindimadeira). Às 19h, Pepe ministra palestra na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Jovem e sucessão rural, em Chapecó (SC).

A participação do ministro integra a programação do Congresso Mercosul de Biomassa e Bioenergia. O objetivo do evento é difundir o potencial das energias renováveis na Região Sul do Brasil e em países vizinhos. O evento vai até quinta-feira (25), no UCS Teatro.

De acordo com o presidente do Sindimadeira, Serafim Quissini, o congresso também aborda o aproveitamento racional dos resíduos industriais, agrossilvopastoris e resíduos sólidos urbanos. Um dos intuitos é promover a interação entre técnicos e especialistas que utilizam tecnologia, as quais podem ser naturalmente adequadas às diferentes regiões e padrões de projetos.

O Sindimadeira possui mais de 1,4 mil empresas associadas que produzem resíduos. Para o presidente do sindicato, se for possível eliminar 80% desses resíduos e transformá-los em energia já é um grande avanço. “Queremos fazer do problema uma solução. Energia é algo que o País necessita e muito”, ressaltou.

Nos painéis do evento, serão tratados temas como Resíduos Sólidos, Biocombustíveis e Agroenergia, em que serão discutidos assuntos como Energias Renováveis, Logística e Destino dos Resíduos, Tecnologia no Uso de Resíduos e Produção de Etanol.

Juventude e sucessão rural

Na palestra na UFFS, o ministro fala sobre as políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de amparo aos jovens do campo. A população jovem do Brasil significa 53 milhões de pessoas. De cada seis jovens, um vive no meio rural, o que representa 27% da população do campo com idade entre 15 e 29 anos. Os jovens brasileiros ainda somam 2,3 milhões de pessoas na linha da extrema pobreza, sendo 25% dos jovens rurais.

Durante o evento, serão detalhadas as novidades do Pronaf Jovem como o aumento do limite de crédito de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil, o prazo de dez anos para pagamento e os juros de 1% ao ano. Outro programa a ser abordado é o Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que financia a compra de terras para jovens entre 16 e 28 anos. Desde sua criação, o programa já beneficiou quase 31 mil jovens, num investimento total de R\$ 632 milhões. Os investimentos vão do acesso a crédito ao acesso à terra, geração de emprego e renda.

Para o ministro, o desafio do MDA é promover ações para fortalecer a autonomia e a emancipação da juventude da agricultura familiar e camponesa e dos povos e comunidades tradicionais rurais com qualidade de vida. Além de fortalecer as condições de sua permanência e da sucessão rural com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis.

Mapa participa de discussão sobre Energias Renováveis em Caxias do Sul – Site do MAPA. 24/10/2012

O Brasil possui atualmente 44,1% de energias renováveis, destes, 28% provém da agropecuária

O coordenador de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), João Abreu, ministrará palestra sobre “Política Agrícola Brasileira e a Geração de Energia Renovável”, dia 25 de outubro, às 14h, no Teatro da Universidade de Caxias do Sul (UCS), no Rio Grande do Sul. A programação faz parte do Congresso Mercosul de Biomassa e Bioenergia que tem como objetivo expor a realidade e perspectivas sobre

a geração de energias renováveis, proveniente de culturas agrícolas e resíduos agroindustriais.

O Brasil possui atualmente 44,1% de energias renováveis, destes, 28% provém da agropecuária, 9,7% de lenha e carvão vegetal, 15,7% de Produtos da cana-de-açúcar e o restante de outras fontes renováveis.

Juventude rural e bioenergia são temas de palestras de ministro Pepe no Sul – Site do MDA. 25/10/2012

As políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a juventude rural e os programas que têm como foco o apoio a energias renováveis. A agenda do ministro Pepe Vargas nessa quarta-feira (24) foi marcada por palestras na Região Sul sobre esses temas. Pepe abriu o Congresso Mercosul de Biomassa e Bioenergia, durante a manhã, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), no Rio Grande do Sul, falando sobre a política de desenvolvimento da agricultura familiar e a agroenergia. À noite, o ministro foi o palestrante da Aula Magna do curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O evento ocorreu em Chapecó (SC).

Para um público composto, em sua maioria, por alunos da instituição, Pepe apresentou as políticas do MDA voltadas para a juventude, com ênfase no Pronaf Jovem. O ministro ressaltou as inovações da linha de crédito direcionada aos agricultores familiares com faixa etária entre 16 e 29 anos. Ele destacou a ampliação do limite de financiamento de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil e a possibilidade de contratação pelo Banco do Brasil.

O ministro enfatizou diretrizes do MDA para desenvolvimento e aprimoramento das políticas que tenham como centro o processo de sucessão rural. Pepe citou a autonomia financeira, a educação e o acesso à terra como os principais temas a serem discutidos no debate sobre a permanência do jovem do campo. “É fundamental este trabalho das UFFS, formando e capacitando estes jovens com uma educação voltada para a realidade vivenciada por eles”, relatou.

O reitor da UFFS, Jaime Giolo, afirmou que o curso faz parte das ações para transformar a instituição em referência para a área agrícola do País. “Vamos propor às outras universidades o envolvimento com o mundo agrário e o trabalho com a agroecologia”, disse.

Termo de cooperação

O curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica será realizado nos campi da UFFS de Realeza (PR), Chapecó (SC) e Erechim (RS). Na primeira etapa participarão 120 jovens de 120 municípios dos três estados da Região Sul. Os jovens formados retornarão aos seus municípios para ajudar na capacitação de outros 40 jovens. A expectativa é a formação de 4,8 mil jovens dentro do projeto. Para a realização do curso, foi assinado um Termo de Cooperação entre a União, por meio do MDA, e a UFFS, na ordem de R\$ 1,7 milhão.

Bionergia e Biomassa

Pela manhã, o ministro Pepe Vargas, falou sobre a política de desenvolvimento da agricultura familiar e a agroenergia, na abertura do Congresso Mercosul de Biomassa e Bioenergia, na Universidade de Caxias do Sul (RS). Pepe apresentou os programas desenvolvidos pelo governo federal, ressaltando que o Brasil tem grande produção de energias renováveis. “Água, energia e a produção de alimentos são os grandes desafios para o País e o mundo nos próximos anos”, sintetizou.

Na palestra, o ministro apresentou aos participantes o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e os projetos pilotos de transformação de dejetos animais em energia (biomassa). Sobre o PNPB, Pepe mencionou a união entre os focos da sustentabilidade, ao incentivar o uso de energias renováveis em substituição ou complemento às fontes tradicionais, com o caráter social do programa que incentiva e subsidia a produção da agricultura familiar no fornecimento da matéria-prima.

Representantes do segmento da Palma de Óleo discutem Regularização Fundiária – Site do MAPA. 26/10/2012

Nos próximos dias deverá acontecer uma nova reunião na sede do Incra, em Brasília

A regularização das propriedades dos pequenos agricultores e a emissão da Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf), foram temas de discussão da Câmara Setorial da Palma de Óleo, nesta sexta-feira, 26 de outubro, em Brasília. Nos próximos dias será agendada uma reunião com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com objetivo de solucionar o problema.

De acordo com o presidente da Câmara Setorial de Palma e Óleo, Eduardo Ieda, a intenção é discutir com o Governo Federal uma forma para facilitar a burocracia e o custo para o produtor regularizar suas terras e emitir o DAP. “Isso barra o produtor a ter acesso a novos créditos, como o Pronaf, e a conseguir parceria com as empresas. Além disso, também prejudica a expansão da palma no Estado do Pará e em todo o Brasil”, explicou.

Etanol

Subvenção para a cana-de-açúcar - Site da CNA. 02/10/2012

Vai até 23 de novembro o prazo para os produtores independentes de cana-de-açúcar pleitearem junto à Conab a subvenção aprovada pelo Governo Federal para a safra 2010/2011. No Rio Grande do Norte, serão beneficiados produtores cuja cana tenha sido cultivada e processada no período em usinas e destilarias localizadas nas áreas de

atuação da SUDENE. A subvenção será de R\$ 5 por tonelada, limitada a 10 mil toneladas por produtor.

Para receber o benefício, o produtor deverá apresentar nota fiscal de venda ou nota de entrada emitida pela usina ou destilaria, entre 1º de agosto de 2010 e 31 de julho de 2011. Também precisa estar em situação regular com a Receita Federal e o CADIN.

Uma declaração deverá ser preenchida pelo produtor e certificada pela entidade local. O modelo está no site da Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte - FAERN, juntamente à íntegra do regulamento da Conab para a subvenção e roteiro com todas as informações sobre prazos e documentações necessárias. Os arquivos podem ser consultados em www.faern.com.br, clicando em “Subvenção da cana-de-açúcar, safra 2010/2011”.

Alcance

Fruto de uma ação da CNA, a subvenção funciona como paliativo para minimizar as perdas do setor nas últimas safras. “O objetivo é proporcionar maior equivalência de condições aos pequenos produtores de regiões que enfrentam baixa precipitação e problemas topográficos. Desde o anúncio do mecanismo, em junho, a FAERN tem agido para que o maior número possível de produtores potiguares sejam beneficiados, noticiando amplamente o auxílio e prestando orientações aos interessados”, finalizou o presidente da FAERN, José Vieira.

Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte - FAERN
www.faern.com.br

Governo descarta desoneração do etanol. Fabiana Batista – Valor Econômico. 03/10/2012

Ao contrário do que esperam muitos empresários do segmento produtor de etanol no país, Brasília não planeja para o curto prazo nenhuma desoneração tributária de PIS/Cofins para o biocombustível, garantiu ao **Valor** uma fonte do alto escalão do governo federal. Atualmente, o consumidor paga, em média, R\$ 0,12 referentes a esses dois impostos para cada litro de etanol que adquire na bomba. Também estão descartados no momento alterações no preço da gasolina ou qualquer subsídio às usinas para compensar a estabilidade dos preços do concorrente fóssil.

Hoje, na visão do governo, o segmento precisa retomar sua competitividade, prejudicada por problemas climáticos nas últimas safras e por uma certa acomodação. Os aumentos crescentes dos preços da gasolina até 2005 teriam dado, segundo a fonte, muito conforto ao produtor de etanol, de tal forma que ele passou a não se preocupar mais tanto com gestão de custos.

A desoneração tributária para o etanol, diz a fonte do governo, está sendo estudada porque o segmento a solicitou formalmente e, como é de praxe, nesses casos a demanda sempre é avaliada. Mesmo assim, garante, não há previsão de que isso vá acontecer nos próximos meses.



Isso porque, para o governo, a recuperação da competitividade do etanol é o grande problema a ser atacado. Na temporada passada, a 2011/12, a produtividade média da cana-de-açúcar colhida no Centro-Sul do país - região que responde por 90% da produção nacional da matéria-prima - recuou para 68 toneladas por hectare. Neste ciclo 2012/13, com mais investimentos em canaviais, subiu para 75 toneladas, e a expectativa é que no próximo ano atinja o patamar de 80 toneladas por hectare.

O fato é que desde que a produtividade atingiu seus níveis mais baixos e, por consequência, os custos de produção do etanol explodiram, as usinas, mesmo em ano de oferta ajustada do biocombustível, passaram a ter uma margem muito apertada para vender etanol hidratado, que disputa com a gasolina a preferência dos donos de carros flex. Nos postos, o preço do hidratado deve ser igual ou inferior a 70% do da gasolina para ser considerado viável ao consumidor final.

Por isso, desde então o principal pleito das usinas vem sendo o aumento dos preços da gasolina e/ou uma desoneração tributária do biocombustível. Mas a dificuldade do segmento em estabelecer uma boa interlocução com o governo da presidente Dilma Rousseff não colaborou para isso e influenciou inclusive a mudança no comando da maior entidade que representa as usinas do Centro-Sul, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (*ver ao lado*)

Mas a presidente está para encerrar seu segundo ano de mandato e mantém a posição de que é o segmento que precisa ajustar custos. Dessa forma, o governo não trabalha, por enquanto, com perspectiva alguma de mexer na política de estabilização do preço da gasolina, adotada nos últimos seis anos, afirma a fonte. Se o preço da gasolina tivesse recuado em 2009, quando o barril do petróleo bateu US\$ 35, defende, mais de 40% das usinas de etanol do país teriam quebrado. E, para os arquitetos da política nacional de combustíveis, a expectativa é que as cotações médias do barril do petróleo Brent fiquem, em média, na casa dos US\$ 90 no longo prazo, o que torna compatíveis os atuais preços da gasolina no país.

Abaixo da média

Consumo de etanol hidratado no país (milhões li)

	2010	2011
Janeiro	979,0	
Fevereiro	804,8	
Março	1.084,0	
Abril	1.223,9	
Maió	1.318,4	
Junho	1.343,9	

Diante da inabalável posição do governo frente aos preços da gasolina, o segmento produtor de etanol não acena com investimentos vultosos para elevar a capacidade de produção. As usinas até reconhecem avanços em algumas políticas públicas, como a obrigatoriedade de as distribuidoras de combustíveis contratarem antecipadamente até 90% do anidro projetado para ser consumido na safra. No entanto, considera que é preciso mais previsibilidade e mais rentabilidade para voltar a investir - principalmente após o elevado endividamento decorrente do forte programa de investimentos empreendido antes do estouro da crise de crédito de 2008.

Mas a fonte do governo garante que não será dado nenhum subsídio ao segmento para compensar a política de estabilidade da gasolina. "A chance de isso acontecer é zero", afirma. A visão do governo, afirma, é que qualquer forma de subsídio é um retrocesso. "Saímos de um programa que tinha subsídio e migramos para um que funciona com as próprias pernas. Não vamos andar para trás".

No curto prazo, o governo avalia a volta da mistura de 25% de anidro na gasolina, cortada em outubro de 2011 para 20%. No entanto, afirma a fonte do governo, não há uma data limite para tomar essa decisão. "Nesta safra 2012/13, que segue até abril do ano que vem, certamente não haverá alteração. Para a próxima, estamos analisando".

A fonte do governo, no entanto, pondera que a decisão será tomada com muita segurança, pois além das variáveis "oferta de etanol" e "consumo de gasolina" - esta última se reflete diretamente no consumo de anidro -, há também o imprevisível comportamento do consumidor. "Essa decisão não é só técnica. Envolve quatro ministérios e o aval da presidenta. Há até a possibilidade de ser tomada neste ano, mas não sei se isso vai acontecer".

Governo estuda aumentar percentual de álcool na gasolina em junho de 2013. Rodrigo Polito – Valor Econômico. 11/10/2012

O governo pretende elevar o percentual de álcool anidro na gasolina, de 20% para 25%, em junho de 2013. A afirmação foi feita por Helder Queiroz, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), durante seminário sobre infraestrutura promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Queiroz disse ainda que existe a possibilidade dessa elevação ocorrer antes, caso a produção de etanol seja suficiente para permitir o aumento sem pressionar preços. Ele afirmou, no entanto, que a decisão final cabe ao governo e que a área da ANP que trata do assunto é ligada ao diretor Allan Kardec.

Segundo Queiroz, a agência a pretende iniciar em janeiro deve iniciar em janeiro a apresentação das áreas que serão ofertadas na 11ª rodada de licitações de blocos exploratórios. O leilão está previsto para ser realizado em maio de 2013.

A agência fará "road shows" e workshops com as principais empresas do setor, inclusive companhias petrolíferas estrangeiras. O órgão aguarda apenas uma decisão oficial do governo sobre a realização dos leilões para iniciar as reuniões.

As áreas, já aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), totalizam 174 blocos, dos quais metade na parte terrestre e outra metade no mar. Sem revelar mais detalhes sobre as áreas, Queiroz destacou que o leilão vai privilegiar a margem equatorial e o Recôncavo Baiano.

O diretor da ANP disse que existe a possibilidade de que um percentual pequeno dos blocos não seja levado a leilão. Apesar de o Ibama já ter avaliado previamente as áreas, é possível que o órgão ambiental reprove alguns blocos. Esse percentual de rejeição, segundo Queiroz, no entanto, não chegará a 10%.

A ANP também planeja apresentar ao Ibama um conjunto de áreas que devem ser ofertadas nos próximos cinco anos. A ideia é ampliar o horizonte atual, de um ano, para eliminar os entraves ambientais. Essas áreas incluirão os blocos na camada pré-sal que serão ofertados no modelo de partilha.

Justiça antecipa fim de queima da cana em SP – O Estado de São Paulo. 21/10/2012

A decisão afeta milhares de pequenos agricultores que argumentam ter mais cinco anos para se adequar ao protocolo de intenções firmado com o governo

Em meio a uma das piores crises da história, a indústria de açúcar e álcool sofre novo revés. Uma série de ações judiciais movidas pelo Ministério Público Federal tem antecipado o fim da queima da cana-de-açúcar prevista para 2014 e 2017 em algumas regiões de São Paulo. A decisão afeta milhares de pequenos agricultores que argumentam ter mais cinco anos para se adequar ao protocolo de intenções firmado com o governo do Estado.

A medida, embora positiva do ponto de vista ambiental, tem várias implicações na safra atual, que está 11% menor no Estado. Uma das preocupações é perder o momento da colheita, já que o corte da cana crua é mais demorado. Com a proximidade do período chuvoso, produtores têm até novembro para concluir a colheita. Em alguns casos, só metade do canavial foi cortado. Nesta época, era para estar em 80%.

"Vai sobrar cana em pé. O pior é que os produtores ficarão sem renda para a plantação da próxima safra", lamenta o presidente da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica), Antonio de Pádua Rodrigues. Segundo ele, o Ministério Público não questiona a queima da cana em si. O que os procuradores querem é que as autorizações - hoje concedidas pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) de São Paulo - sejam feitas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

Além disso, exigem que os agricultores apresentem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) para obter a licença. "É uma ingerência na decisão do Estado", diz Pádua. O procurador da República, Thiago Lacerda Nobre, que pediu a suspensão da queima de cana em Jales, diz que os estudos de impacto ambiental deveriam ser feitos a cada ciclo da cana, de cinco a seis anos.

Hoje, 30% da cana plantada em São Paulo pertence a pequenos produtores, com áreas inferiores a 150 hectares. Para eles, o prazo para eliminar a queima de cana é 2017, segundo protocolo assinado com o governo paulista. Acima desse percentual, em canaviais próprios das usinas e com declividade inferior a 12%, a queima terá de acabar em 2014.

"Ninguém é a favor da queima. O que não pode é haver uma proibição de forma tão abrupta, especialmente num momento de carência de matéria-prima e perda de produtividade", diz a secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo Mônica Bergamaschi. Na avaliação dela, neste momento as ações comprometem o desenvolvimento de regiões inteiras. "O protocolo entre governo paulista e o setor foi pensado do ponto de vista ambiental, social e econômico." A secretária argumenta que o prazo para o fim da queima tem o objetivo de preparar a região e o trabalhador para outras atividades econômicas.

Queda na colheita. As ações judiciais atingem duas importantes regiões produtoras: Piracicaba e Araraquara. Mas há outros pedidos na Justiça Federal, como é o caso de Jales. Na região de Piracicaba, responsável por cerca de 20% da produção do Estado, 17 municípios estão proibidos de cortar cana queimada. A decisão afeta 2.167 fornecedores, 73% deles com áreas inferiores a 25 hectares.

"Esses produtores não estão preparados para fazer o corte da cana mecanizada neste momento. Se colocar máquinas nesses terrenos agora, haverá uma queda de 25% a 30% na colheita", destaca o presidente da Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-sul do Brasil (Orplana), Ismael Perina. Segundo ele, no momento, muitos produtores não têm condições de comprar uma máquina, que custa cerca de R\$ 2 milhões.

Outro ponto crítico é a alta dos custos - cujo crescimento já é expressivo nos últimos anos - provocado por esse despreparo. Com as decisões judiciais, o custo do corte da cana subiu de R\$ 12 para R\$ 18 a tonelada, lamenta o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba (Afocapi), José Coral.

Na região de Araraquara, o processo é antigo. A primeira liminar exigindo o EIA-Rima é de 2008. No ano passado, a decisão foi suspensa pelo desembargador federal Roberto Haddad. Mas, neste ano, o novo presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3.^a Região, Newton De Lucca, recusou o pedido.

"Dezenove municípios estão proibidos de queimar a palha da cana" diz Francisco Malta, da Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara (Canasol). Ele calcula que na região cerca de 10% da cana não será colhida este ano. Seus advogados tentam suspender a decisão, mas até agora não tiveram sucesso.

Os produtores da região de Jaú e Jales também estão sob ameaça. No primeiro caso, uma liminar proíbe a queima. Mas os agricultores conseguiram, temporariamente, autorização para determinados horários do dia, diz o presidente da Associação dos Produtores de Cana (Associcana) da região de Jaú, Eduardo Romão. Segundo ele, a mecanização é um caminho sem volta. "Em dois ou três anos vamos acabar com a queimada. Mas precisamos de tempo."

"Mato Grosso do Sul tem competência sucroenergética", diz governador – Site da CNA. 23/10/2012

O crescimento do parque industrial da cadeia da cana-de-açúcar de Mato Grosso do Sul comprova seu potencial sucroenergético. De 11 indústrias instaladas há cinco anos, hoje o Estado conta com 24 unidades em operação. E até março de 2013, outras três devem ser instaladas. O anúncio das novas instalações foi feito pelo governador do Estado, André Puccinelli durante a abertura do 6º Congresso da Cana de Mato Grosso do Sul (Canasul), que acontece até o dia 24 de outubro, em Dourados.

“São incentivos tributários e fiscais que concedemos ao setor para atrair novos investimentos e assim fazer com que Mato Grosso do Sul se destaque no cenário nacional, com competência sucroenergética”, diz Puccinelli. Para o diretor secretário da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, Ruy Fachini Filho, o diferencial do setor está no comprometimento do produtor rural. “O produtor tem mostrado interesse e empenho na evolução do setor e com isso temos tido um crescimento constante”, afirma Fachini. Somente na safra de 2012/2013, a previsão é que Mato Grosso do Sul chegue a moer 38,6 mil toneladas de cana-de-açúcar, o que representa uma alta de 14% em relação à safra passada.

Para o presidente da Associação dos Produtores de Bionergia do Estado (Biosul), Roberto Hollanda, o setor garantiu ao estado a diversificação da matriz produtiva. “Saímos da exclusividade da soja e do boi e despontamos no setor sucroenergético. Isso tem gerado maior riqueza para o Estado e garantido mais investimentos, com a vinda de novas indústrias”, comemora Hollanda.

O 6º Canasul conta com 43 estandes para comercialização de produtos e serviços do setor industrial e agrícola sucroenergético, com 12 palestras e oficinas, voltadas para o público agrícola e industrial, e uma rodada de negócios. A expectativa dos organizadores é de movimentar R\$ 10 milhões nessa edição, com 5 mil visitantes, além da participação de 50 empresas do setor e 10 usinas.

O evento é promovido pela FAMASUL, em parceria com a Biosul, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur) e a Prefeitura Municipal de Dourados.

Inscrições - As inscrições podem ser feitas no site www.semaic.dourados.ms.gov.br. Para participar dos cursos e palestras é preciso fazer inscrições específicas, nos links entrada inteira (profissionais) e meia entrada (estudantes). O custo para o profissional é de R\$ 30 e para o estudante é de R\$ 15. Os cursos e palestras estão sendo organizados pelo Sebrae/MS e Gegis.

Mato Grosso do Sul aposta na demanda mundial de cana-de-açúcar para crescer – Site da CNA. 23/10/2012

No mundo inteiro, a cana-de-açúcar ocupa 20 milhões de hectares. Desse total, 50% está localizado no Brasil. A demanda mundial por etanol e açúcar é, atualmente, de 24 bilhões de litros e de 50 milhões de toneladas de açúcar e, em 2020, chegará a 78 bilhões de litros e 38 milhões de toneladas, respectivamente. Os dados foram apresentados nessa terça (23), durante o 6º Congresso da Cana de Mato Grosso do Sul (Canasul), que segue até amanhã em Dourados (MS).

“Somente o Brasil tem capacidade e área disponível para crescer e atender a demanda internacional no futuro”, aponta o coordenador do Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Cid Caldas. Para o diretor comercial do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Osmar Figueiredo Filho. “É preciso melhorar a qualidade do nosso produto. Hoje, 30% do custo de produção está no mau manejo da cana e isso aponta necessidade de investimentos”, diz Osmar Figueiredo Filho, diretor comercial do Centro de Tecnologia Canavieira.

Em Mato Grosso do Sul o setor deve crescer 14%, saindo de 33,8 milhões de toneladas na safra 2011/2012 para a previsão de 38,6 milhões de toneladas até o final da safra de 2012/2013. De acordo com a Associação dos Produtores de Bioenergia de MS, o crescimento ainda é pequeno já que o resultado da safra passada ficou aquém das 40,8 milhões de toneladas estimadas. “São eventos e discussões como essa que vão apontar o que devemos fazer para alcançar mais produtividade”, diz o presidente da Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul, Roberto Hollanda Filho.

Para o presidente da Comissão de Bioenergia da Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), Luiz Alberto Moraes Novaes, a saída é investir em tecnologia. “Não há eficiência e produtividade sem investimento em pesquisa. O setor cresce em Mato Grosso do Sul graças ao empenho de instituições de pesquisa que apostaram na cana, mas é necessário ir além”, diz Luiz Alberto, que é também presidente da Fundação MS.

O 6º Canasul segue até essa quarta (23) no Sindicato Rural de Dourados. Além das palestras, o público confere 43 estandes para comercialização de produtos e serviços do setor industrial e agrícola sucroenergético. O evento é promovido pela Famasul, em parceria com a Biosul, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur) e a Prefeitura Municipal de Dourados.

Experiência demonstra que cana tem maior rentabilidade que pecuária em Mato Grosso do Sul – Site da CNA. 25/10/2012

O investimento no cultivo da cana traz maior rentabilidade do que a pecuária, afirmou o presidente da Comissão de Agroenergia da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, Luiz Alberto Moraes Novaes, durante o 6º Congresso da Cana de Mato Grosso do Sul (Canasul), em Dourados. A afirmação se baseia em experiência realizada em Maracaju, a qual demonstrou que uma propriedade rural que destina 18% de sua área para produção de cana e 37% para pecuária, tem 34% do seu rendimento financeiro da cana e 18% na pecuária.

O estudo foi realizado em propriedade que também investe no cultivo de soja e milho, culturas que demonstraram lucro equivalente ao investido no plantio. O rendimento dos grãos é proporcional ao investimento do cultivo na área destinada, representando 45% do plantio e 48% do rendimento financeiro da propriedade. “Já o cultivo da cana e da pecuária apresentam resultados desproporcionais. Mesmo em uma área menor, a cana obteve rendimento superior, o que comprova que o setor sucroenergético deve avançar principalmente sobre as áreas antes destinadas exclusivamente à pecuária, gerando, também, ganho ambiental com a recuperação do solo degradado”, analisa Luiz Novaes, que é presidente da Fundação MS. O dirigente destacou que, com investimento no setor, o Estado passa a ter sua matriz econômica diversificada, evitando assim maior risco de quebra de produção isoladamente.

O presidente da Associação dos Produtores de Bionergia do Estado (Biosul), Roberto Hollanda Filho, também aposta no crescimento do setor sobre áreas de pastagens. “Com 35 milhões de hectares, Mato Grosso do Sul tem hoje 9 milhões de hectares degradados”, lembra Hollanda. Para o presidente, o setor sucroenergético não compete com outras cadeias produtivas no Estado. “Representamos 3% do agronegócio no Estado e a cana veio para somar, não para competir”, diz.

O crescimento do setor barra na qualificação de mão de obra, segundo o diretor corporativo da Federação das Indústrias de MS, Jaime Verruck. “Precisamos melhorar a educação e capacitação da força de trabalho ou corremos o risco de importar mão de obra”, critica. Verruck alega que a escolaridade média do trabalhador sul-mato-grossense é de seis anos. “É um nível muito baixo que dificulta a transmissão do conhecimento técnico. Um aluno de um curso profissionalizante do setor, com essa escolaridade, não consegue acompanhar o nível de conhecimento exigido”, analisa.

Para o diretor da Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro Sul (Orplana), Ismael Perina, a logística de fornecimento de matéria prima para as usinas também inviabiliza maior rendimento ao produtor. “Cada cinco quilômetros de distância entre o produtor e a usina custa R\$ 1 real a mais na produção”, complementa.

O 6º Canasul é promovido pela FAMASUL, em parceria com a Biosul, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur) e a Prefeitura Municipal de Dourados. Esta edição terminou ontem, 24 de outubro.

Pesquisador fala sobre expansão do setor sucroenergético em MS – Site do MAPA. 29/10/2012

Dados apontam expansão do setor sucroenergético no Centro-Oeste em até vinte vezes para os próximos 15 anos

Domínio tecnológico, atenção ao mercado e vantagem competitiva são os três fatores que o pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo, Frederico O. Machado Durães, destaca para quem atua no setor sucroenergético nacional. Para colaborar com a expansão do setor no Brasil, de forma sustentável, a Embrapa criou, em 2011, o portfólio "Inovações para o Setor Sucroenergético", do qual Durães é gestor.

O objetivo é fortalecer os programas de pesquisa da Empresa em bionergia e biomassa, após mapeamento das principais demandas do setor, a fim de trazer soluções tecnológicas que tragam vantagem competitiva no mercado.

"A Embrapa é uma empresa consolidada e possui uma malha de dados de pesquisa e um grupo técnico bastante forte. Uma empresa nacional desse porte, com 47 Unidades, precisa organizar sua agenda para mercados competitivos. Por isso a importância da criação de portfólios que envolvam e integrem Unidades atuantes em pesquisas. Em meio a mercados competitivos agroindustriais e sucroenergéticos, é preciso compreender como está o mercado atual e como será o cenário futuro, formando uma Agenda Institucional para enxergar o problema e encontrar soluções tecnológicas", diz.

Segundo Durães, a organização da Agenda segue três grandes direções: sistemas produtivos, que envolvem genética, práticas agrícolas e arranjos de plantas; requisitos de novos processos industriais de primeira e segunda geração, que alimentam as rotas tecnológicas; e estudos transversais de curso ambiental, como economia de água, ordenamento territorial e economia de carbono, para a sustentabilidade ampla no sistema.

Expansão em MS

"Existem dados, do ponto de vista do marco regulatório legal, que apontam a expansão do setor sucroenergético no Centro-Oeste em até vinte vezes para os próximos 15 anos", afirma Durães. E isso inclui Mato Grosso do Sul, Estado que priorizou há cerca de dez anos esse setor, e já contabiliza 22 usinas de cana-de-açúcar, 14 delas localizadas a menos de 100 km de Dourados. "Além dessa expansão quantitativa, temos que avaliar as qualidades dos trabalhos para que se possa atingir altos níveis de produtividade. O foco é utilizar algumas das cultivares existentes, já com alguma característica de adaptação regional, e, de certa forma, demandar cultivares dos programas de pesquisa que tenham adaptações mais amplas e com níveis de produtividades maiores", avalia.

Em Dourados, a Embrapa Agropecuária Oeste (Dourados, MS), Unidade da Embrapa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), tem trabalhado com pesquisas que seguem o novo ciclo de desenvolvimento da cana-de-açúcar, principalmente no Brasil Central, em que não se realiza mais a queima da palhada e a cana é colhida crua. "Isso muda significativamente as demandas por tecnologias", diz o pesquisador e chefe adjunto de Pesquisa & Desenvolvimento da Unidade de Pesquisa, Guilherme Lafourcade Asmus.

O chefe adjunto de P&D cita algumas atividades em andamento sobre o tema, como o estudo da quantidade ideal de palha a ser mantida na superfície; da adaptação de cultivares às condições de MS (cultivares, solo e clima, efeito da temperatura na rebrota, análise econômica e remoção de palha); do impacto da retirada total e parcial da palha (dinâmica de carbono e nitrogênio, mitigação dos gases de efeito estufa e biomassa e atividades microbianas); das opções para reforma do canavial mais interessantes (amendoim, crotalária, girassol, soja...); do manejo de pragas; e do comportamento ambiental de agrotóxicos.

Para Durães, o esforço de instituições, como a Embrapa, em adotar boas práticas agrícolas para se obter produtividade de forma sustentável é essencial para o desenvolvimento do setor. "Acredito que dará folêgo para a expansão da cana e do setor sucroalcooleiro em MS".

Evento

No dia 23 de outubro, Fred erico O. Machado Durães participou do Painel "Competitividade: O mercado interno para o setor sucroenergético e as relações intra-setoriais", juntamente com o diretor comercial do CTC, Osmar Figueiredo Filho, durante o 6º Canasul, em Dourados. O painel foi mediado por Guilherme Lafourcade Asmus. *(Fonte: Embrapa Agropecuária Oeste)*

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

Cresce oferta de biocombustíveis no Reino Unido. Louise Lucas e Chris Tighe – Valor Econômico, Financial Times. 04/10/2012

A usina da Vivergo Fuels que será inaugurada ainda este ano na Inglaterra: avanço dos biocombustíveis motiva debate sobre reflexos no mercado de alimentos

Uma das maiores usinas de etanol da Europa está prestes a iniciar sua produção no norte da Inglaterra e contribuir para um esperado aumento da capacidade de oferta de biocombustíveis do Reino Unido. A usina da Vivergo Fuels, localizada perto da cidade de Hull, deverá começar a operar ainda neste ano e vai se somar à usina do grupo Ensus em Teesside, que estava desativada mas retomou operações em setembro.

O Reino Unido continua sendo um peixe pequeno na produção de biocombustíveis em comparação a países como Estados Unidos e Brasil, mas a nova capacidade vai eliminar sua desvantagem em relação à França, Alemanha e outros países europeus. As unidades também deverão ajudar o Reino Unido a chegar mais perto de suas metas de produção de energia limpa, já que ficou definido que os biocombustíveis deverão responder por 10% dos combustíveis consumidos pelo setor de transporte até 2020.

Entretanto, embora o etanol seja menos poluente que os combustíveis fósseis, seu uso como uma alternativa ao petróleo tornou-se motivo de controvérsia por causa da

utilização pesada de grãos, o que ajuda a provocar aumentos nos preços mundiais dos alimentos.

As usinas da Viverno e da Ensus usam trigo com baixos teores de proteínas, empregado na alimentação de animais, em vez de grãos de qualidade, que acabam nos pães consumidos pelos britânicos. Mas críticos afirmam que isso ainda afeta os preços dos alimentos e a oferta, ao elevar os custos de produção de carne bovina e suína e usar terras que poderiam ser empregadas na produção de grãos comestíveis.

Ruth Kelly, consultor de políticas econômicas da Oxfam no Reino Unido, diz que há um apoio crescente do governo e da União Europeia a um recuo na política dos "combustíveis em detrimento dos alimentos", em razão de seu efeito sobre os preços dos alimentos. "Portanto, é desapontador ver que o setor privado está se movimentando na outra direção e optando por erguer refinarias".

No mês passado, a França pediu uma pausa no desenvolvimento de biocombustíveis que competem com os alimentos, enquanto a União Europeia tenta impor um teto de 5% ao uso dos biocombustíveis de primeira geração nos transportes.

No entanto, Jack Watts, analista sênior do Agriculture and Horticulture Development Board, diz que o mercado de trigo é globalizado e mais afetado por acontecimentos como a decisão da Rússia de conter as exportações e a seca nos Estados Unidos do que pelo aumento da produção de biocombustíveis pelo Reino Unido. "O Reino Unido representa 1,5% da produção mundial de trigo. Somos um participante muito pequeno".

Os investidores nas usinas estão certos de que não contribuirão para a alta dos preços, nem influenciarão na oferta de alimentos. A Viverno, apoiada pela BP, a multinacional de gás e petróleo, e pela Associated British Foods (ABF), que controla o grupo varejista Primark e também tem operações consideráveis no segmento de gêneros alimentícios, informa que vai usar o trigo que, de outra maneira, seria exportado.

Mark Carr, presidente-executivo da divisão AB Sugars da ABF, acrescenta que quase metade do trigo que a usina usa será "substituída" por rações animais ricas em proteínas, que são um subproduto das usinas que produzem bioetanol a partir do trigo.

Assim que a usina da Viverno estiver em operação, o Reino Unido poderá converter 2,2 milhões de toneladas de trigo - cerca de 15% da produção local - em 820 milhões de litros de etanol por ano. Isso continuará sendo uma fração dos 38 bilhões de litros de capacidade instalada do Brasil e dos 51,7 bilhões de litros dos EUA. Mas colocará o Reino Unido mais perto da Alemanha, que produz 1,2 bilhão de litros, e da França com 2,1 bilhões. E mais usinas britânicas estão em fase de planejamento.

Todavia, analistas afirmam que o aumento da capacidade poderá continuar não sendo suficiente para o Reino Unido atender seus objetivos para os biocombustíveis. Harry Boyle, analista de bioenergia da Bloomberg New Energy Finance, uma consultoria especializada em pesquisas energéticas, diz que "pouquíssimas" usinas foram propostas desde que as metas para os biocombustíveis foram estabelecidas, "principalmente porque os investidores decidiram não seguir adiante".

As duas novas unidades também vão ajudar suas economias locais: a Vivergo avalia que empregará 80 pessoas e dará suporte indireto a outras mil em funções de armazenagem, transporte e manutenção.

Produtor europeu não aceita mudança em biocombustível. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 12/10/2012

Produtores e cooperativas europeus estão contra as mudanças da Comissão Europeia para a produção de biocombustível. A composição deverá ter apenas 5% de produtos vindos de cultivos agrícolas.

A imposição coloca em risco a própria decisão europeia de buscar ampliação da oferta dessa energia e de obter suficiência na produção de ração animal. Na utilização dos produtos alimentares e forrageiros para a produção de biocombustível, o que não se torna energia vai para ração.

Os produtores dizem que essa imposição vai contra os investimentos no setor. A área de plantio de colza saiu de 2 milhões de hectares, em 2000, para os atuais 6 milhões na União Europeia.

Essa limitação prejudica ainda a indústria, que investiu € 14 bilhões, gerando 100 mil empregos diretos.

Etanol

Consumo de etanol supera oferta nos EUA. Mauro Zafalon- Folha de São Paulo. 27/10/2012

A quebra na produção de milho já faz efeitos sobre a oferta de etanol nos Estados Unidos. A produção norte-americana de julho recuou para 4,2 bilhões de litros, a menor nos últimos 28 meses.

Com a oferta menor, os norte-americanos aceleraram as importações, que somaram 162 milhões de litros em julho, o maior volume mensal em 45 meses.

A demanda interna se mantém em 4,4 bilhões de litros por mês, mas produção e importação já não são suficientes para cobrir esse volume. Há quatro meses que há deficit entre oferta e demanda. De abril a julho, o consumo superou em 410 milhões de litros a oferta.

Os dados são do Usda (Departamento de Agricultura dos EUA), que mostra que os estoques disponíveis são suficientes para 23 dias de consumo. No início do ano, podiam abastecer 26 dias.

Oferta menor e preços mais elevados do milho vão derrubar o consumo das usinas para 114 milhões de toneladas do cereal nesta safra 2012/13. No ano passado, foram 127 milhões.

A oferta menor desse combustível fez os norte-americanos elevar as importações, principalmente do Brasil.

Além de produção menor, os norte-americanos elevam as compras do Brasil porque o etanol de cana é mais avançado e mais limpo do que o de milho, cumprindo mais o papel de combustível alternativo à gasolina.

As exigências cada vez maiores de alguns Estados norte-americanos por um combustível limpo farão com que as exportações brasileiras subam para 2,8 bilhões de litros nesta safra.

Mais tarde A safra paulista de cana-de-açúcar terminará mais tarde neste ano. Grande parte das usinas ainda estará em ritmo de colheita durante a primeira quinzena de dezembro, afirma Antonio de Padua Rodrigues, da Unica.

Menor Um número que indica esse atraso é o total de empresas que já encerraram as atividades neste ano, diz ele. Até agora, apenas 13 unidades deixaram de colher, ante 51 no mesmo período do ano passado.

Prioridade A SLC Agrícola, um das principais empresas do setor, aposta forte na soja. Vai semear 151 mil hectares com a oleaginosa, 32% mais do que em 2011.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa